



CDPB CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO

SÍLVIO ROMERO (1851/1914)
Bibliografia e Estudos Críticos

Salvador
1999

Diretoria :

Antonio Ferreira Paim - Presidente

Eduardo Henrique Saphira Andrade - Vice-Presidente

Dinorah D'Araujo Berbert de Castro - Diretora de Pesquisa

Elyana Barbosa - Diretora de Programação

Biblioteca

Marta Sueli Dias Santos - Coordenadora

Iara Carmen Moraes de Albuquerque - Intercâmbio

Apoio

Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
Sílvia Romero 1851/1914 : bibliografia e estudos
críticos. - Salvador, 1999.
67 p.

ISBN 85-7059-001-6

1. Bibliografia. I. Título

CDU 929ROMERO

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Rua Miguel Calmon, 57 - 3º andar

Comércio

Salvador - Bahia

400150-010

Tel. (071) 242-6302 Fax. (071) 243-5010

E-mail: cdpb@e-net.com.br

<http://www.e-net.com.br/user/cdpb>

APRESENTAÇÃO

Esta série de Bibliografias e Estudos Críticos foi concebida com o propósito de reunir, numa só publicação, bibliografia e principais análises dedicadas ao pensador em causa. Quem dispõe de um mínimo de familiaridade com a inventariação bibliográfica em nosso país – e também com a dificuldade de encontrar qualquer texto que escape à bibliografia corrente –, pode avaliar o seu significado. Lamentavelmente não temos tido a possibilidade de contar com recursos financeiros que nos permitissem cumprir com o ambicioso programa que chegamos a elaborar. De todos os modos, esperamos proximamente editar o Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros de Obras de Filosofia, Pensamento Político, Sociologia e Antropologia – a maioria das quais, dentre os quinhentos nomes ali constantes, encontra-se em nosso acervo –, iniciativa que, se não preenche a lacuna, será de grande valia para estudiosos e pesquisadores.

O programa antes delineado, sem sombra de dúvida seria subscrito por aquele a quem está dedicado este volume. Justamente Silvio Romero foi o grande batalhador no sentido de que, nós brasileiros, tivéssemos plena consciência das nossas realizações culturais. Tratou de inventariar – e reeditar – o que lhe pareceu mais representativo no plano da filosofia, da literatura, dos contos populares. Ambicionava mesmo proceder a uma vasta sistematização daquilo que hoje chamaríamos de nossa moralidade básica, programa que, em certa medida, seria cumprido por Oliveira Viana, que fez questão de proclamar-se seu discípulo nessa matéria.

Acredito que a bibliografia adiante inserida, cuidada por Marta Sueli Dias Santos e Iara Carmen Moraes de Albuquerque, seja a mais completa, notadamente na indicação dos estudos que mereceu. Nesse particular, também suponho que selecionamos adequadamente os mais representativos.

Salvador, julho de 1999.

Antonio Paim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

BIBLIOGRAFIA.....	07
Filosofia.....	09
Crítica Política Social	09
Crítica e História Literária	10
Diversos.....	12
Estudos sobre Sílvio Romero.....	13
ESTUDOS CRÍTICOS.....	22
SÍLVIO ROMERO: CRÍTICO E HISTORIADOR DA LITERATURA	
Antonio Cândido.....	23
A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA	
José Veríssimo.....	40
O CULTURALISMO SOCIOLOGICO	
Antonio Paim.....	45
O PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DE SÍLVIO ROMERO	
Evaristo de Moraes Filho.....	53
SÍLVIO ROMERO E OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA	
Miguel Reale.....	60

BIBLIOGRAFIA

Filosofia

A philosophia no Brazil : ensaio crítico. Porto Alegre : Tipografia de Deutsche Zeitung, 1878. 192 p.

Interpretação philosophica na evolução dos factos históricos. Rio de Janeiro, 1880. (Tese de concurso à cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II).

Ensaio de philosophia do direito. Recife : Companhia Impressora, 1885. 307 p.

_____. Apêndice Gumerindo Bessa. Rio de Janeiro : Cunha e Irmãos Editores, 1895. 264 p.

_____. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1908. 320 p.

A filosofia e o ensino secundário. Rio de Janeiro, 1885. (Opúsculo).

Doutrina contra doutrina; o evolucionismo e o positivismo no Brasil. Rio de Janeiro : Editor J. B. Nunes, 1894.

_____. 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895. 293 p.

Obra filosófica. Introdução e seleção Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 701 p. (Documentos brasileiros, 139).

Crítica Política Social

Ensaio de crítica parlamentar. Rio de Janeiro : Moreira Máximo & Cia. 1883. 186 p.

As formas principaes da organização republicana. Rio de Janeiro, 1888. (Opúsculo).

Parlamentarismo e presidencialismo na república brasileira; cartas ao conselheiro Ruy Barbosa. Rio de Janeiro : Companhia Impressora, 1893. 152 p.

Discursos. Porto: Livraria Chadron, 1904. 316 p.

O alemanismo no sul do Brasil; seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro : Typ. Heitor Ribeiro, 1906. 72 p.

O Brasil social; vistas syntheticas obtidas pelos processos de Le play. Rio de Janeiro : Typ. Jornal do Commercio, 1907. 43 p.

Geografia da politicagem. Rio de Janeiro, 1909. (Opúsculo).

Bancarrota do regime federativo na república brasileira. Rio de Janeiro, 1910. (Opúsculo).

Provocações e debates; contribuição para o estudo do Brasil social. Porto : Chardron, 1910. 416 p.

O castilhismo no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1910.

O castilhismo no Rio Grande do Sul. In: A FILOSOFIA política positivista II. Rio de Janeiro : Documentário/PUC; Brasília : Conselho Federal de Cultura, 1979. p. 73-98. (Documenta/Brasil, 14. Textos didáticos do pensamento brasileiro, 15).

O Brasil na primeira década do século XX. Lisboa : Typ. Da “A Editora Limitada, 1912. 209 p. (Estudos Sociaes).

O remédio. Rio de Janeiro, 1914. (Discurso de paraninfo).

A união do Paraná e Santa Catharina : o Estado de Iguassú. Prefácio Arthur Guimarães. Nictheroy : Escola Typ. Salesiana, 1916. 45 p. (Extractos de uma série de artigos publicados no Jornal “A Época” da capital Federal, em nov. 1912).

Parlamentarismo e presidencialismo. Introdução de Pedro Calmon. Brasília : Senado Federal, 1979. 84 p. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Série Estudos Políticos, 14).

Realidade e ilusões no Brasil; parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Seleção e coordenação Hildon Rocha. Petrópolis : Vozes, 1979. 324 p.

Crítica e História Literária

A litteratura brasileira e a crítica moderna; ensaio de generalização. Rio de Janeiro : Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880. 206 p.

Introdução à história da litteratura brasileira. Rio de Janeiro, 1882. 254 p.

O naturalismo em litteratura. São Paulo : Tipografia da Província de São Paulo, 1882. (Opúsculo).

Valentim Magalhães; estudos críticos. Rio de Janeiro : Tipografia da Escola, 1885. 80 p.

Estudos de litteratura contemporânea: páginas de crítica. Rio de Janeiro : Laemmert, 1885. 290 p.

História da litteratura brasileira. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1888. 2 v.

História da litteratura brasileira. 2. ed. melhorada pelo autor. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1902. 2 v.

_____. 3. ed. melhorada. Rio de Janeiro : José Olympio, 1943. 5 v.

_____. 5. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1953. 5 v.

Excerpto da “História da Litteratura Brasileira” relativo à imigração e ao futuro da raça portuguesa no Brazil. Rio de Janeiro, 1891.

Luiz Murat; estudo. Rio de Janeiro : Leuzinger, 1891. 57 p.

Machado de Assis; estudo comparativo da litteratura brasileira. Rio de Janeiro : Laemmert, 1897. 347 p.

_____. 2. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1936. 156 p.

Novos estudos da litteratura contemporânea. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1898. 305 p.

Martins Penna; ensaio crítico com um estudo de Arthur Orlando sobre o autor de História da Litteratura Brasileira. Lisboa, 1900. 193 p.

A litteratura brasileira. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1900. v. 1.

Ensaio de sociologia e litteratura. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1901. 295 p.

O Duque de Caxias e a integridade do Brasil. Rio de Janeiro : Laemmert, 1903.

Parnaso sergipano. 1904.

Passo recibo (réplica a Teófilo Braga). Prefácio e Direção Augusto Franco. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

Evolução da litteratura brasileira; vista synthetica. [s. l.]: Campanha, 1905. 150 p.

Evolução do lirismo brasileiro. Recife: Tipografia J. B. Edelbrock, 1905. 201 p.

Outros estudos de litteratura contemporânea. Lisboa : Tipografia da A Editora, 1905. 235 p.

Compêndio da história da litteratura brasileira. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, 1906. (Em colaboração com João Ribeiro).

_____. 2. ed. ref. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, 1909. 550 p. (Em colaboração com João Ribeiro).

Quadro sintético da evolução dos gêneros na litteratura brasileira. Porto : Chardron, 1909. 76 p.

Da crítica e sua exata definição. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1909. 34 p.

Zéverissimações ineptas da crítica; repulsas e desabafos. Porto: Comércio do Porto, 1909. 183 p.

Minhas contradições. Bahia : Livraria Catilina, 1914. 204 p.

Teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação Antônio Cândido. São Paulo: EDUSP, 1978. 233 p.

Diversos

A poesia contemporânea. Recife, 1869.

Ethnologia selvagem; estudo sobre a memória “Região e raças selvagens do Brazil”. Recife, 1875. 232 p.

Cantos do fim do século: poesia. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1878. 232 p.

Cantos populares do Brasil. Introdução e notas Theofilo Braga. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1883. 2 v.

_____. 2. ed. Rio de Janeiro : 1894. 377 p.

Últimos harpejos: poesias. Porto Alegre, 1883.

Lucros e perdas; chronica mensal dos acontecimentos. Rio de Janeiro, 1883.

Contos populares do Brasil. Lisboa : Nova Livraria Internacional, 1885. 235 p.

_____. 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro : Livraria Clássica, 1897. 197 p.

Uma esperteza! “Os cantos e contos populares do Brasil” e o Sr. Theophilo Braga. Rio de Janeiro, 1887.

Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro : Laemmert & Cia, 1888. 365 p.

_____. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 273 p. (Coleção Dimensão do Brasil, 8).

Etnografia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues : Theophilo Braga e Ladislão Netto. Rio de Janeiro : Livraria Clássica de Alves & Cia, 1888. 159 p.

A história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1890.

_____. 2. ed. correta e aum. Prefácio e vocabulário João Ribeiro. Rio de Janeiro : Livraria Clássica de Alves & Cia, 1892. (Livro para as classes primárias).

O antigo direito em Espanha e Portugal. 1894.

O elemento português no Brasil. Rio de Janeiro, 1902. (Opúsculo).

A América Latina. Porto : Chardron, 1906. 361 p. (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bonfim).

A pátria portuguesa; o território e a raça. Lisboa : Clássica, 1906. 515 p. (Apreciação do livro de igual título de Theophilo Braga).

Trechos escolhidos. Seleção Nelson Romero. 2. ed. Rio de Janeiro : Agir, 1975. 96 p. (Nossos clássicos, 35).

Estudos Sobre Sílvio Romero

ABRANCHES, Dunshee de. Notícia biográfica do autor. In : ROMERO, Sílvio. **Evolução da literatura brasileira;** vista synthetica. [s. l.]: Campanha, 1905. p. 9-18.

ARARIPE JÚNIOR, T. A. **Literatura brasileira** – o movimento de 1893 – o crepúsculo dos povos. Rio de Janeiro : Tipografia da Empresa Democrática Editora, 1893.

ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto. In : _____. **Estudos.** 2. ed. Rio de Janeiro : Edição de A Ordem, 1929. p. 336-353. (1ª série).

AUGUSTO, Paulo. Sílvio Romero. In : _____. **Preciso de história da filosofia.** Rio de Janeiro : Tipografia, 1938. p. 237-240.

BANDEIRA de Mello A. **A morte da polidês:** a propósito das zeverissimações ineptas do Sr. Sílvio Romero. s.n.t.. (Edição de alguns amigos).

BARRETO, Luiz Antônio. Sílvio Romero e o Brasil do século XIX : pesquisa e história. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 313-320.

- BARRETO, Tobias. O partido da reação em nossa literatura. In : _____. **Estudos alemães**. Aracaju : Edição do Estado de Sergipe, 1926. (Obras completas, 8).
- BEHAR, Eli. **Vultos do Brasil** : dicionário biobibliográfico. São Paulo : Livraria Exposição do Brasil , 1967. p. 197-198.
- BEVILÁQUA, Clóvis Sílvio Romero e a história da literatura brasileira. In: _____. **Épocas e individualidades**. Bahia : Livraria Magalhães, 1895. p. 119-145.
- _____. Ensaio de filosofia do direito por Sílvio Romero. In : _____. **Juristas filósofos**. Bahia : Livraria Magalhães, 1897. p. 131-143.
- _____. **Esboços e fragmentos**. Prefácio Araripe Júnior. Rio de Janeiro : Laemmert, 1899.
- _____. **Sílvio Romero**. Lisboa : A Editora, 1905. 64p. (Escriptores brasileiros).
- _____. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, 1927. 2. v.
- BEZERRA, Alcides. **Sílvio Romero: o pensador e o sociólogo**. Rio de Janeiro, 1935. (Conferência – Separata das publicações do Arquivo Nacional. v. xxxiii).
- _____. Sílvio Romero, o pensador e o sociólogo. In : _____. **Achegas à história da filosofia** : conferencias 1928-1936. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1936. p. 45-66.
- BEZERRA, Antonio Ponciano. O liberalismo lingüístico de Sílvio Romero. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 31, p. 83-92, 1992.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves. Tradição, literatura e nacionalidade em Teófilo Braga e Sílvio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 121-136.
- BOTELHO, Afonso. Conceito de república em Sílvio Romero e Teófilo Braga. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 65-70.
- BRITO, Crisanto de. Sílvio Romero: resenha sintética. In : ROMERO, Sílvio. **Discursos**. Porto : Chardron, 1904.
- CALAFATE, Pedro. A filosofia da história em Teófilo Braga. Um confronto com Sílvio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 151-163.

- CALASANS, José. **Um discurso de Sílvio Romero**. Salvador : Centro de Estudos Baianos, 1951.
- _____. Contos populares do Brasil de Sílvio Romero. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, n. 43, p. 189-198, mar. 1998.
- CÂNDIDO, Antonio. **Introdução ao método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1945. (Tese).
- _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. 2. ed. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1963. 154 p. (Apresentado inicialmente como tese sob o título Introdução ao método crítico de Sílvio Romero).
- _____. _____. 3. ed. São Paulo : EDUSP, 1988. 144 p. (Passado e presente-teses).
- _____. (Org.). **Teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1978. 233 p.
- _____. Introdução. In : ROMERO, Sílvio. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção Antonio Cândido. São Paulo: EDUSP, 1978. p. ix-xxx.
- _____. Nota. In : _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3. ed. São Paulo : EDUSP, 1988. p. 8-11. (Série passado e presente – teses).
- _____. Prefácio da 1ª edição. In : _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3. ed. São Paulo : EDUSP, 1988. p. 9-11. (Série passado e presente – teses).
- _____. Prefácio da 2. ed.. In : _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3. ed. São Paulo : EDUSP, 1988. p. 12-16. (Série passado e presente – teses).
- CAPISTRANO DE ABREU, J. História pátria – a literatura brasileira e a crítica moderna – ensaio de generalização, por Sílvio Romero. In : _____. **Ensaio e estudos**. Rio de Janeiro : Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.
- CARVALHO, Ronald de. O naturalismo – a história e a crítica. In : _____. **Pequena história da literatura brasileira**. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro : F. Briguet e Cia. 1929. Cap. IX..
- CERQUEIRA, Luiz Alberto. Sílvio Romero e a crise da estética brasileira. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso Brasileira, 1996. p. 137-143.
- CÉSAR, Constança Marcondes. Sílvio Romero e a Escola do Recife. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 299-302.

CHACON, Vamireh. A sociologia e o germanismo segundo Tobias Barreto e Sílvia Romero. **Revista Doxa**, Recife, v. 5, n. 8, nov. 1959.

_____. Sílvia Romero : elo entre a primeira e a Segunda escola do Recife. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 57-64.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1956. p. 296-320.

COUTO, Pedro do. **Páginas de crítica**. Lisboa: A . M. Teixeira & Cia., 1906.

CRISTOVÃO, Fernando. A literatura como antropologia das antropologias. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 241-258.

DINIZ, Almáquio. Prefácio. In: ROMERO, Sílvia. **Minhas contradições**. Salvador : Livraria Catilina, 1914.

DOMINGUES, Joaquim. Literatura e filosofia em Teófilo Braga e Sílvia Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 259-274.

DUQUE ESTRADA, Osório. Discurso de recepção. In : DISCURSOS acadêmicos (1914-1918). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1935. (Publicações da Academia Brasileira, III).

ENCICLOPÉDIA e dicionário internacional, W. M. Jackson. Inc. artigo “Sílvia Romero, v. XVII, p. 9965.

FRAGA, Gustavo de. Do positivismo em Portugal e no Brasil : Romero e Teófilo. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso- Brasileira, 1996. p. 343-370.

FRANCA, Leonel. **Noções de história da filosofia**. 9. ed. São Paulo : Editora Nacional, [s. d.].

_____. _____. 14. ed. Rio de Janeiro : Agir, 1955. p. 293-312.

FRANCO, Augusto. **Breve resposta**; ao Sr. Laudelino Freire. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903.

_____. “Duas palavras “e” nulo e pérfido”. In : ROMERO, Sílvia. **Passe recibo**. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

_____. **Três estudos**. Lisboa : Tipografia “A Editora”, 1905,

- _____. **Estudos e escritos.** Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.
- FRANCOVICH, Guillermo. **Filósofos brasileiros.** Buenos Aires : Editorial Losada, 1943.
- FREIRE, Laudelino. Sílvia Romero – página de crítica impressionista. In : _____. **Os próceres da crítica.** Rio de Janeiro : Empresa Foto-Mecânica do Brasil, 1911.
- FROTA Pessoa. **Crítica polêmica.** Rio de Janeiro : Editor Artur Gurgulino, 1902.
- GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. A função do discurso na crítica de Sílvia Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 293-298.
- GUIMARÃES, Argeu. **Presença de Sílvia Romero.** Rio de Janeiro : Simões, 1955. 240p. (Coleção REX).
- GUIMARÃES, Artur. **Sílvia Romero de perfil.** Porto : Tipografia A Vapor de Artur José de Souza, 1915.
- GUIMARÃES, Ary Machado. **Sílvia Romero e o Querido Moheno;** unidos num só pensamento. Rio de Janeiro : Typ. Do Jornal do Commercio, 1932. 384p.
- JAIME, Jorge. Sílvia Romero: Um crítico, historiador, materialista, à procura de um sistema filosófico. In : _____. **História da filosofia no Brasil.** São Paulo : Faculdades Salesianas, 1997. p. 231-241.
- LEÃO, Múcio. **Sílvia Romero.** Rio de Janeiro, 1952. (Separata da Revista da Academia, v. 81).
- LIMA, Jackson da Silva. Sílvia Romero e a poesia científico-filosófica. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 211-239.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Sílvia Romero e a reação ant-romântica. In : CURSO de crítica; conferências. Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 1956. p. 119-154.
- LIRA, Roberto. **A obra de Sílvia Romero em criminologia e direito criminal.** Rio de Janeiro : Ed. Nacional de Direito, 1951.
- MAGALHÃES, Valentim. **Notas à margem dos últimos harpejos.** Rio de Janeiro : Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1884.

- MAGALHÃES DE AZEREDO, Carlos. Machado de Assis e Sílvio Romero. In : _____. **Homens e livros**. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1902.
- MELO MENEZES, Diogo de. **Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1944. (Coleção de estudos brasileiros).
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **Sílvio Romero**; sua formação intelectual 1851-1880. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938. 339p. il. (Brasiliana, 5. Biblioteca pedagógica brasileira, 114)
- _____. **Sílvio Romero, de corpo inteiro**. [s. l.] : Ministério da Educação e Cultura, 1963. 257 p.
- MENEZES, Djacir. A filosofia no Brasil no século XX. In : TEMAS de política e filosofia. Rio de Janeiro : DASP, 1962. p. 154-178.
- MERCADANTE, Paulo. Sílvio Romero e a dicotomia básica do direito privado brasileiro. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 71-79.
- MORAES FILHO, Evaristo de. O pensamento político-social de Sílvio Romero. In : ROMERO, Sílvio. **Realidades e ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis : Vozes, 1979. p. 29-53. (Dimensões do Brasil, 14).
- _____. **Medo à utopia**; o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Brasília : INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 284 p.
- MOURÃO, Gerardo Mello. Sílvio Romero a filosofia navegada a remo. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 371-375.
- MUNHOZ, Alcides. **O Sr. Sílvio Romero e o allemanismo no sul do Brasil**; o Paraná. Curitiba : Oficinas de Artes Graphics, 1907. 43 p.
- NEVES, Maria do Céu Patrão. Do positivismo (comtiano) ao positivismo (Speceriano): o assomar de uma filosofia. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 303-312.
- OLIVEIRA, Samuel Augusto de. Assuntos científicos e filosóficos : cartas abertas ao Dr. Silvio Romero. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 6 set. 1901.
- _____. Kantismo no Brasil : ao eminente pensador Silvio Romero. **Revista Americana**, Rio de Janeiro, t. 3, p. 284-291, 1910.

ORLANDO, Artur. Sílvio Romero. In : _____. **Ensaaios de crítica**. São Paulo : Grijalbo, 1975. p. 54-78.

_____. **Filocrítica**. Rio de Janeiro, [s. d.].

_____. Estudo sobre o autor da história da literatura brasileira. In : ROMERO, Sílvio. **Martins Pena**. Porto : Chardron, 1900.

PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro : Saga, 1966. 217 p.

_____. _____. 2. ed.. São Paulo : Convívio, 1981. 211 p. (Biblioteca do Pensamento Brasileiro - ensaio, 1).

_____. O processo de formação do tradicionalismo político no Brasil. **Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, n. 18/19, p. 15-20, jul./dez. 1981.

_____. Romero (Sílvio). In: LOGOS: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. Lisboa : Verbo, 1992. v. 4, p. 806-808.

PEREIRA, José Esteves. Teófilo Braga e Sílvio Romero : duas perspectivas sociológicas. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 167-182.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues (Labieno). **Vindiciae**; o Sr. Sílvio Romero crítico e philosopho. Prefácio Mário Matos. 3. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940. 171 p.

PICANÇO, Macario de Lemos. **Silvio Romero e Tobias**. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1951.

PIMENTEL, Manuel Cândido. A crítica do positivismo comtiano em Teófilo Braga e Sílvio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 11-55.

RABELLO, Sílvio. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1944. 260 p. (Coleção documentos brasileiros, 43).

_____. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967. 240 p (Retratos do Brasil, 58).

REALE, Miguel. Sílvio Romero e os problemas da filosofia. In : _____. **Horizonte do direito e da história**. São Paulo : Saraiva, 1956. p. 234-243.

_____. _____. In: _____. _____. 2. ed. rev. e aum. São Paulo : Saraiva, 1977. p. 223-230.

- REALE, Miguel, CALMON, Pedro, REIS, Arthur. Reedição de Sílvio Romero. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 117-119, jan./mar. 1979.
- REALE, Miguel. O historicismo de Sílvio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 145-150.
- RIO, João do. Sílvio Romero. In : _____. **O momento literário**. Rio de Janeiro : Garnier, 1908. p. 35-49.
- _____. Sílvio Romero. In : _____. **O momento literário**. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 1994. p. 38-50.
- ROCHA, Hildon. Visão brasileira de Sílvio Romero. In : ROMERO, Sílvio. **Realidades e ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 25-27. (Dimensões do Brasil, 14).
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. Sílvio Romero, consciência da nacionalidade e afinidade com Theóphilo Braga. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 81-102.
- RODRIGUEZ, Ricardo Velez. Sílvio Romero : método monográfico e crítica ao monocausalismo em ciências sociais. **Carta Mensal** , Rio de Janeiro, v. 42, n. 495, p. 3-15, jul. 1996.
- _____. Sílvio Romero: método monográfico e crítica ao monocausalismo em ciências sociais. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 329-341,
- _____. Sílvio Romero: método monográfico e crítica ao monocausalismo em ciências sociais. In : PERFIS biográficos. Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio, 1997. p. 543-561.
- ROMERO, Abelardo. **Sílvio Romero em família**. Rio de Janeiro : Saga, 1960. 47 p.
- ROMERO, Nelson. **A história da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro : Editora Zélio Valverde, 1944.
- SALDANHA, Nelson. Sobre a filosofia do direito de Sílvio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 321-328,

- SANCHES, Edgard. Sívlio Romero e as transformações da língua portuguesa na América. In : _____. **Língua brasileira**. São Paulo : Nacional, 1940. t. 1, cap. VI. (Coleção brasiliana, 179).
- SILVA, José Alberto da. **Sívlio Romero, juiz**. Prefácio Carlos Maul. Rio de Janeiro : Borsoi, 1955. 81 p. il.
- SIMÕES DOS REIS, Antonio. Fatores da literatura brasileira. In : _____. **Bibliografia da “História da Literatura Brasileira” de Sívlio Romero**. Rio de Janeiro : Editora Zélio Valverde, 1944. v. 1, t. 1.
- SOUZA, João Mendonça de. **Sívlio Romero, o crítico e o polemista**. Rio de Janeiro : Companhia Editora Americana, 1976. 306 p.
- SOVERAL, Eduardo Abranches de. Introdução às posições filosóficas de Sívlio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 275-292.
- STAUDT, Leo Afonso. **A crítica da filosofia no Brasil em Sívlio Romero**. Porto Alegre : PUC, 1980. 167 p. (Dissertação para obtenção do grau de mestre em filosofia, na área de antropologia filosófica).
- TEIXEIRA, Antônio Braz. Direito e moral no pensamento de Teófilo Braga e de Sívlio Romero. In : ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa : Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 103-119.
- VERÍSSIMO, José. “O positivismo no Brasil e “Martins Pena e o teatro brasileiro!”. In: _____. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. L. Garnier, 1901. (1ª série).
- _____. “O Sr. Garcia Mérou e o Brasil intelectual” e “alguns livros de 1900” . In : _____. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1903. (3ª série).
- _____. A história da literatura brasileira. In : _____. **Estudos da literatura brasileira**. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1907. p. 1-14.
- _____. “Sobre alguns conceitos do Sr. Sívlio Romero” e “Post-scriptum”. In: _____. **Que é literatura?** E outros escritos. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1907.
- VIEIRA, Celso. Discurso de recepção. In : DISCURSOS Acadêmicos 1933-1935. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1937. (Publicações da Academia, VIII).
- VITA, Luís Washington. Sívlio Romero. In : _____. **Tríptico de idéias**. São Paulo : Grijalbo, 1967. p. 47-61.

_____. **Pequena história da filosofia.** São Paulo : Saraiva, 1968. p. 146-153.

VITOR, D' Almeida. **Sílvio Romero.** Rio de Janeiro : Minerva, 1952. 54 p.
(Coleção homens do Brasil).

WERNECK, Norma C. **O conceito de filosofia da ciência em Sílvio Romero.** Rio de Janeiro : PUC, 1978. 123 fol. mimeografadas. (Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em filosofia).

ESTUDOS CRÍTICOS

SÍLVIO ROMERO: CRÍTICO E HISTORIADOR DA LITERATURA *

Antonio Cândido

I

A obra de Sílvio Romero dá uma certa idéia de turbilhão, no sentido próprio e no figurado. Um movimento forte e agitado, que arrasta idéias e paixões, destruindo pelo caminho; um movimento circular que gira incessantemente sobre si mesmo e progride, parecendo permanecer. Não espanta, portanto, que bem cedo ele tenha parecido aos contemporâneos contraditório, impaciente, injusto, mais apto para a generalização do que para a análise. Alguns juízos a este respeito se fixaram com rapidez no tempo dele e vieram sendo repetidos quase como um ritual crítico pelos que se ocuparam da sua obra, e foram muitos, desde Antônio Herculano de Souza Bandeira, em 1879, passando por Araripe Júnior, José Veríssimo, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Magalhães de Azeredo, até chegar à arraia bastante miúda dos Laudelino Freire e Fran Paxeco.

Todos tinham e não tinham razão. Ele foi incoerente em muita coisa, a começar pelo grande contraste que parece ter havido entre o seu ameno modo de ser como homem e a sua truculência como escritor. O testemunho dos contemporâneos mostra uma pessoa bonacheirona, de excelente humor, desinteressado, generoso, comunicativo; mas que de pena em punho preferia atacar, desfazer em tudo que o contrariasse, manifestando um ciúme que roçava pela inveja, uma vaidade que tocava na soberba, uma suscetibilidade vizinha da paranóia. No campo das idéias e convicções, não é difícil mostrar que primeiro foi positivista e depois atacou desabridamente o positivismo; que na política de Sergipe desancou um lado e depois se ligou a ele; que considerou Luís Delfino um poetaastro e, em seguida, um dos maiores poetas brasileiros; que proclamou Capistrano de Abreu o maior sabedor de História do Brasil e, mais tarde, um medíocre catador de minúcias; que era evolucionista agnóstico e afinal aderiu à Escola da Ciência Social, de raízes católicas, e assim por diante. Não é difícil, ainda, mostrar como fazia e refazia as suas divisões de períodos, os seus catálogos de bons e maus escritores, com a mania classificatória e enumerativa que era um dos seus modos de ver a literatura. Mas a respeito, ele próprio diz o seguinte:

“(…) aí andam os meus livros, publicados no decurso de mais de trinta anos e que devem ser lidos na sua ordem cronológica para se compreender a evolução natural do meu pensamento, que, em filosofia, mudou do positivismo para o evolucionismo spencerista, chamado também por alguns agnosticismo evolucionista, pelo caminho natural do criticismo de Nageli, Du-Bois Reymond e Helmholtz, como tenho cem vezes exposto com a maior lhaneza; que no tocante ao rigorismo da análise, como tenho dito, passou do pessimismo da fase polémica dos primeiros tempos ao período de maturidade crítica iniciado na História da Literatura Brasileira, o que só para quem anda de má-fé, ou nada entende destas coisas, importa em contradição, porque a contradição supõe o choque de dois pensamentos contraditórios num mesmo tempo, ao passo que tudo aquilo vem a ser apenas a normal evolução de um espírito que caminhou, que progrediu.”⁽¹⁾

⁽¹⁾ ROMERO, Sílvio. *Passe Recibo*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904. p. 69-70

Por outro lado, seria igualmente fácil mostrar que, no fundo, teve poucas idéias centrais e lhes foi fiel pela vida afora, - como indicou José Veríssimo, vendo a coisa pelo lado negativo. ⁽²⁾ Que fixou desde moço, com bastante acuidade, algumas obsessões intelectuais que nunca o deixaram. E que até no terreno passional das preferências foi inalteravelmente fiel às duas principais: a tocante, mas despropositada exaltação de Tobias Barreto e a birra obtusa contra Machado de Assis.

Virando contra ele o que costumava fazer com os outros, pode-se, portanto, simplesmente aceitá-lo ou rejeitá-lo em bloco, porque ele tanto irrita quanto desperta admiração: chama a atenção tanto para o que tem de bom quanto para o que tem de mau. Mas atitude correta é não ir na provocação do seu temperamento polêmico; não querer, por exemplo, reduzi-lo às suas contradições nem proclamar a sua perfeita umidade; e sim procurar compreender o seu ritmo de turbilhão.

Na verdade, a contradição era o seu modo próprio de viver o pensamento, tanto assim que, em vez de paralisá-lo ou fazê-lo voltar atrás, ela o fazia ir para a frente. As suas idéias não se propunham como desenvolvimento linear e conseqüente, mas como vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e do reverso, - o que pode ferir exigências lógicas mas enriquece o senso da realidade. Sob este aspecto, havia algo dialético no jogo das suas idéias e opiniões, que, se não chegavam a uma síntese satisfatória, permitiam sempre alguma conclusão interessante, graças ao entrelaço por vezes antinômico mas vivo das proposições, jogadas como pedras.

Se disso vem a sua fraqueza, vem também muito da sua força. Mas é compreensível que os contemporâneos se assustassem com o espetáculo dessa agitação turbilhonar e lhe pedissem contas das idas e vindas, - sobretudo quando eram objeto do impacto. Hoje, é possível sentir quanto podia ser vivo e produtivo esse modo intelectual, porque a seu respeito pode-se falar realmente em movimento de idéias. Movimento de algumas idéias centrais de teor altamente crítico e contundente, reforçadas pela disposição agressiva do seu temperamento. A palavra “crítica” tinha para ele não apenas um sentido amplo de análise e revisão geral dos valores de toda a cultura, mas também, quase inconscientemente, de força negativa, como se percebe em alguns textos; o de *Doutrina contra Doutrina*, por exemplo, transcrito adiante, onde se vê claramente, e quase por um ato de automatismo mental, “positivo” se opor a crítico, tomado este, portanto, como “negativo”.

Assim, para ele, o movimento de analisar, compreender e construir não se separava de um movimento simultâneo de destruir; e essa dualidade indissolúvel dá certo cunho revolucionário ao seu pensamento, mesmo quando surgem pela frente as antinomias conservadoras, que também compunham o movimento de ir-e-vir do seu turbilhão.

⁽²⁾ “ (...) há trinta anos o sr. Sílvio Romero refaz a mesma obra (...)”, José Veríssimo, “Sobre alguns conceitos do sr. Sílvio Romero”, *Que é Literatura? e Outros Escritos*. Rio-Paris : Garnier, 1907. p. 234.

Na sua última manifestação em público Sílvio disse, aludindo ao fato de retomar velhas idéias e rebatendo a acusação de ser contraditório: “Felizes, seja dito entre parênteses, os que se podem repetir”. (Discurso de paraninfo, 1913, reproduzido em Ari Machado Guimarães, Sílvio Romero e Querido Moheno, Rio : Tip. do Jornal do Comércio, 1932. p. 283).

A esse propósito, seria possível dizer que os contemporâneos se preocuparam demasiado com as suas contradições de superfície, freqüentemente decorrências de um humor instável, quando não mudanças legítimas ao longo do tempo, normais e mesmo desejáveis em qualquer pensamento vivo, como ele assinalou em defesa própria. Mas além dessas, de forma e argumento, seria interessante prestar atenção nas curiosas contradições em profundidade, que não devem constituir motivo de vitupério ou para “pegar no pulo” ; e sim para explicar a dialética peculiar da sua obra, que consiste no movimento que estamos procurando sugerir.

Neste caso, veríamos pelo menos duas coisas. Primeiro: que elas exprimem uma certa coragem de ir ao cabo, que nós freqüentemente não temos; por isso contornamos as dificuldades do pensamento, que levariam aos impasses da oposição e da antinomia, para podermos manter uma harmonia satisfatória de superfície, que tranqüiliza o espírito. Segundo: que *as suas contradições* (nome de um livro polêmico de Laudelino Freire), se forem tomadas em nível profundo, constituam a projeção no seu pensamento, da complexidade perturbadora de uma sociedade marcada por certas desarmonias e discordâncias. Justamente por isso, a sua obra é mais do que uma construção bem feita, que satisfaz em si mesma: ela é uma imagem nervosa do país.

Pensemos, por exemplo, na intensidade do seu patriotismo – e no derrotismo pessimista com que sempre encarou a pátria. Pensemos na exaltação da cultura alemã, brandida quase como redenção intelectual contra as influências habituais que recebíamos – e na sua prática intensiva e dominante da mais notória entre elas, a francesa. Pensemos em sua insistência na necessidade de estabelecer uma crítica científica e objetiva, baseada no espírito que promoveu a expansão das ciências da natureza no século XIX – e em sua atitude constantemente avaliadora e judicativa, verdadeira mania de ver a literatura como um concurso permanente, onde o crítico distribui prêmios e reprovações. Pensemos na sua visão penetrante da natureza e função da mestiçagem – no seu racismo constante, baseado em Gobineau e reforçado por Vacher de Lapouge. Lembremos o seu liberalismo progressista, a sua luta contra as oligarquias – e a sua profunda desconfiança do povo em nível político. Lembremos, ainda, o seu interesse e simpatia pelo socialismo – e não apenas a sua convicção de que ele era inviável no Brasil, mas as suas afirmações subsequentes de que resultava da degenerescência de grupos raciais inferiores.

Não espanta, com isso tudo, que ele tenha influído, simultaneamente posições radicais em face da cultura brasileira, como a de Otávio Brandão, e posições conservadoras como a de Oliveira Viana. Que tenha ajudado um homem como Mário de Andrade a definir a sua densa visão da cultura popular, e que tenha influído diretamente no modo de Gilberto Freyre conceber a gênese das classes dominantes.

II

Por ter um fundo de candura e espontaneidade, além de um toque de megalomania, Sílvio Romero não policiava a sua vaidade nem renunciava ao prazer de falar de si a

qualquer propósito. Escreveu muito sobre a sua carreira intelectual, contando como surgiram as suas idéias, quais as que introduziu em nosso meio, em quem teriam influído, além de avaliar a cada instante o significado e a importância da sua contribuição e da de seu grupo de amigos. Isso, desde moço. Ainda na casa dos trinta e com o persistente mau-gosto brasileiro nesse campo, já fazia com e sem propósito balanços da própria obra, proclamando as suas inovações, reivindicando o seu lugar na cultura nacional e até procurando comprovar que sabia alemão. Essas declarações e resumos, quase sempre pitorescos e invariavelmente provincianos, ajudam e ao mesmo tempo atrapalham a tarefa de traçar o seu roteiro.

Ele começou a escrever em 1869, quando era estudante de Direito em Recife, tendo dezoito anos e uma grande precocidade. Desde o começo, manifestou-se polemista violento e foi pelo ataque que sobressaiu e se impôs. No melhor estudo até hoje escrito sobre ele, Araripe Júnior aludiu ao pânico e ao mesmo tempo admiração que despertou no meio pernambucano, salientando esse traço como a sua característica dominante.⁽³⁾

Os seus artigos dessa fase na imprensa estudantil são inatingíveis nas formas originais, e o leitor de hoje deve contentar-se com as versões mais ou menos modificadas que apareceram nos diversos livros a partir de 1878, data dos dois primeiros: *A Filosofia no Brasil e Cantos do Fim do Século* (versos péssimos e ingênuos com um interessante prefácio, onde expõe a sua concepção de poesia).

Em 1880 apareceu *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, feito de artigos publicados entre 1872 e 1874, com prólogo e epílogo posteriores, formando um corpo coerente de doutrina que pode ser considerado a sua plataforma e ponto mais completo de partida.

Nesses primeiros trabalhos ocorrem algumas idéias e posições importantes a tal respeito, a começar pela visão da sociedade brasileira como produto da mestiçagem, no sentido amplo de fusão racial e assimilação de cultura. A nossa sociedade seria produto de forças diferenciadoras que a tornaram cada vez mais distinta da portuguesa, inclusive graças ao elemento africano, cuja importância foi o primeiro a destacar de maneira correta, num meio onde ele era escamoteado ou desfigurado ideologicamente.

“O que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e o seu ascendente europeu, atribui-o em sua máxima parte ao preto.”⁽⁴⁾

Daí o ataque violento ao indianismo romântico, segundo ele uma mentira idealista, que atribuía ao índio um papel e uma importância que nunca teve e, deste modo, mascarava a realidade. Essa necessidade de praticar o que se chama hoje desmistificação enforma a sua concepção de crítica concebida como vasta e complexa atividade de análise

⁽³⁾ Araripe Júnior, “Sílvio Romero polemista”, *Obra Crítica*, 5 vols., publicação dirigida por Afrânio Coutinho, Casa de Rui Barbosa, Vol. III, Rio, 1963, pp. 271-332. Publicado inicialmente (após um começo interrompido em 1889) na Revista Brasileira (3ª), de 1898 a 1899.

⁽⁴⁾ ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Rio de Janeiro : Imprensa Industrial, 1880. p. 27.

realista e rejeição de preconceitos mentais com vistas a uma reavaliação objetiva de toda a cultura. Isso explica o ataque à Retórica enquanto método e, enquanto atitude, à visão otimista instalada depois da Independência, elas lhe pareciam desviar o espírito para os aspectos secundários e perturbar a visão correta, consistente em encarar a obra à luz dos fatores externos e determinar a sua função no processo de diferenciação progressiva da cultura e da nacionalidade brasileira.

A literatura é vista nesses escritos, de maneira revolucionária para a época, como produto desses fatores naturais e sociais, como algo cuja natureza dependia sobretudo da influência da raça e das instituições; e cujo desenvolvimento se processava conforme o princípio da seleção natural. Para vê-la deste modo, seria preciso uma renovação teórica, fundamentada na ciência e na filosofia moderna. Foi o que pretendeu fazer, considerando-se um reformador no campo da cultura, ao lado de alguns contemporâneos e companheiros que tinham dado alarma contra a rotina mental do país, inclusive procurando atenuar a avassaladora influência francesa por meio da cultura alemã. O principal desses companheiros foi Tobias Barreto, para quem o livro **A Filosofia no Brasil** parece concebido como pedestal e a quem dedicou uma admiração sem desfalecimentos, vendo nele a maior figura intelectual do país.

No decênio seguinte efetuou um desdobramento das idéias. N’ *O Naturalismo em Literatura* (1880) formula sistematicamente a sua teoria crítica; em *A Interpretação Filosófica dos Fatos Históricos* (1881), tese com que obteve uma cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II, expõe uma orientação determinista, marcada pela influência de Thomas Buckle. Os dois opúsculos foram incorporados depois ao seu primeiro volume de ensaios, *Estudos de Literatura Contemporânea* (1885), onde outros escritos superam a excessiva importância que dera inicialmente à influência no meio sobre a civilização.

Querendo visivelmente abranger toda a vida cultural, aborda com violenta severidade a política numa série de artigos sobre as suas figuras mais em vista, reunindo-os depois nos ensaios de *Crítica Parlamentar* (1883). Quanto às criações populares, que a princípio menoscabara como preconceito populista do Romantismo, mas depois passou a considerar uma das fontes básicas do pensamento e da literatura nacional, pública “**A poesia popular no Brasil**”, primeiro na *Revista Brasileira* (2ª fase), de 1879 a 1880, depois em livro, com o título *Estudos Sobre a Poesia Popular Brasileira* (1888). Neste, está contido o que de melhor fez como análise de material, que colhera nos últimos anos do decênio de 70 e publicará logo depois em *Cantos Populares do Brasil* (1883) e *Contos Populares do Brasil* (1885).

Todos esses trabalhos giram de certo modo em torno da empresa maior desse decênio, a *História da Literatura Brasileira* (1888), cujo primeiro esboço fora a *Introdução à História da Literatura Brasileira*, publicada em 1881 nos três volumes finais da Revista Brasileira (2ª fase) e logo a seguir em separado.

É a sua obra principal, onde pôs o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e mesmo a sociedade do seu país. Ela representa, do ponto de vista teórico, um amadurecimento, porque Sílvio aparece aqui como um naturalista mitigado, atenuando ao máximo o papel do meio físico na configuração da sociedade, compreendendo o cunho mediato do fator biológico e trazendo para a primeira plana os fatores sociais e psíquicos.

“Não resta a menor dúvida que a história deve ser encarada como um problema de biologia; mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia; há um jogo de ações e reações do mundo objetivo sobre o subjetivo e vice-versa; há uma multidão de causas móveis e variáveis capazes de desorientar o espírito mais observador.”⁽⁵⁾

A sua atenção se fixa cada vez mais na personalidade, na qual, a despeito da elucidação trazida pelo conhecimento dos fatores naturais, reconhece um aspecto irreduzível. Neste livro, ela é o critério adotado para estudar cada autor, enquanto os fatores sociais são usados para caracterizar de preferência os períodos, e a raça contínua como última instância.

O livro I é uma espécie de vasta introdução ao estudo da sociedade e da cultura brasileiras, das quais a literatura emerge como produto que, por sua vez, se torna fator. As partes seguintes abordam de maneira desigual a produção intelectual até mais ou menos 1880, com a falha grave de omitirem os ficcionistas do século XIX. Mais grave ainda é o fato de culminarem numa desconcertante apoteose de Tobias Barreto, que ocupa 120 páginas, ou seja, mais espaço do que o século XVIII com Escola Mineira e tudo, e se vê guindado praticamente à posição de maior escritor brasileiro, superior a Castro Alves como poeta, a Machado de Assis como prosador e a toda a gente como pensador. Este traço de irresponsabilidade crítica desequilibra a economia do livro, mas não desfaz o seu interesse como obra apaixonada e penetrante em várias partes. É preciso lê-la com o desconto desta e outras irregularidades, como as demasias, altos e baixos, digressões soltas, juízos sentimentais, pirraças, para sentirmos o quanto possui no fim das contas de monumental.

A partir de 1890 Sílvio entra numa fase de grande preocupação política, participando de lutas em Sergipe, sua terra, onde chegou a dirigir uma tomada de poder, mostrando grande capacidade de agitação, além do destemor habitual. Mais tarde desempenhou um mandato de deputado federal (e tentou em vão eleger-se outras vezes), cujos resultados estão refletidos no livro *Discursos* (1904).

Em matéria de política, apesar de partidário do federalismo, opôs-se logo depois da república ao regime presidencial e optou pelo parlamentar (*Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil, 1893*); finalmente chegou à fórmula mais lógica da república unitária parlamentar, preconizando para o seu estabelecimento a intervenção dos militares. Mas temia a atuação permanente destes na política e não aceitava as tendências ditatoriais do positivismo (a “ditadura republicana”), corrente de pensamento que atacou com violência e coragem, num momento em que ela contava com o apoio dos

⁽⁵⁾ ROMERO, Sílvio. **Histórias da Literatura Brasileira**. 2. ed. melhorada pelo autor. Rio de Janeiro : Garnier, 1902-1903, v. 1, p. 179-80.

grupos no poder. São temas que desenvolve em *Doutrina contra Doutrina* (1894), onde faz uma análise vivaz da sociedade brasileira do tempo, manifestando senso dos problemas sociais e uma curiosa ambivalência ante o socialismo. O interesse crescente pelos estudos sociológicos é manifesto nos *Estudos de Filosofia do Direito* (1895) e nos *Ensaio de Sociologia e Literatura* (1901). E também no fato de qualificar a sua crítica de sociológica, o que é correto se entendermos uma sociologia inspirada em analogias biológicas, como a do seu mestre predileto, Herbert Spencer.

Logo depois adota as diretrizes metodológicas e a maioria das idéias teóricas da escola da Ciência Social, que tinha para lhe agradar o destaque dado às explicações de fundo mesológico e racial, a valorização da iniciativa privada (o “particularismo”) e a fascinação pelos povos nórdicos. Essa influência aparece nos importantes estudos políticos e sociológicos da sua última fase, como *O Brasil social* (1907), *O Brasil na Primeira Década do Século XX* (1911) e outros, incluídos sobretudo no livro *Provocações e Debates* (1910). Em todos é notável a sua combatividade lúcida, a bravura com que exprimia as idéias e atacava os detentores do poder, a começar pelos presidentes da República. A influência da Escola da Ciência social acentuou o seu apreço pelo liberalismo econômico e os países anglo-saxões, e desenvolveu a sua sede de informação concreta sobre o Brasil. Mas também acentuou o seu racismo antropológico e a sua desconfiança em relação ao socialismo.

Nessa altura ele requintou a suscetibilidade e conseqüente agressividade, alastrando os escritos de reivindicações, aumentando a mania de perseguição e a má-vontade em relação aos confrades, chegando, ele que escreveu poucos livros organicamente concebidos e muitas coleções de artigos, a publicar dois, bem volumosos, *A América Latina e A Pátria Portuguesa* (ambos de 1906), para atacar outros de títulos iguais, respectivamente de Manoel Bonfim e Teófilo Braga. Não faltaram, contra ele, ataques e revides, inclusive o de José Veríssimo em 1907, firme e digno: “Sobre alguns conceitos do Sr. Sílvio Romero” e “Post-scriptum”, incluídos no livro *O que é Literatura?* Superando a si mesmo em violência e desabrimento, Sílvio replica nas *Zeverissimações Ineptas da Crítica* (1909), replicando a Laudelino Freire em *Minhas Contradições* (1914), o seu último livro. Chama a atenção na sua longa atividade polêmica a quase completa esterilidade, o gasto inútil de energia digna de melhor uso. Enquanto a violência genérica no terreno das idéias e, no da denúncia político-social foi construtiva, os pegas individuais não foram além da exibição quase sempre constrangedora de vaidade e grosseria.

Em crítica e história literária, a produção posterior a 1890 é importante: duas monografias, *Machado de Assis* (1897), verdadeira catástrofe do ponto de vista crítico, e *Martins Pena* (1901), onde levou ao máximo a concepção da obra literária como cópia da sociedade; algumas coletâneas de artigos, notadamente *Novos Estudos de Literatura Contemporâneas* (1898) e *Outros Estudos de Literatura Contemporânea* (1905); o *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906), em colaboração com João Ribeiro; algumas das suas amadas sínteses, como “Literatura – 1500-1900”, no *Livro do Centenário* (1900), e *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira* (1911); e a última palavra (confusa, inconclusiva) sobre o seu conceito de crítica: “**Da crítica e sua exata definição**”, na *Revista Americana* (1909).

III

Resumida a carreira intelectual, cabe uma tentativa para discriminar de maneira mais sistematizada os níveis da sua realização como crítico e historiador da literatura, começando pelas idéias que fundamentam a sua compreensão da literatura em geral e da brasileira em particular.

Como o seu intuito era analisar a situação cultural brasileira com vistas a uma reforma intelectual, ligada à reforma social, ele se viu de certo modo obrigado a estender demasiadamente o conceito de literatura, até fazê-la englobar todos os produtos de criação espiritual, da ciência à música. Na prática, todavia, diferenciou devidamente os setores aos quais se dedicou: filosofia, sociologia, etnografia, folclore. Mas ainda assim os incluía sempre nos seus panoramas literários.

Este conceito amplo se ligava à concepção, extraída de Taine, segundo a qual a literatura era um “produto” da vida social e, portanto, podia ser lida como “documento” que a revela. Ora, para essa ida ao outro lado do texto, quanto mais abrangente o material, tanto mais completa e penetrante a visão. Sobretudo quando se concebe, como ele concebia, ainda a partir de Taine, que o texto literário interessa como decorrência da personalidade do autor, e que esta, apesar de tudo quanto possa ter de singular, se explica pela sua “representatividade”, isto é, pelo que exprime da sociedade. Por outras palavras, a personalidade, chave do texto, tem ela própria a sua chave nas influências que a moldaram de fora para dentro, provindas sobretudo da raça e da conjuntura histórica. Estas influências são as mesmas para todos, cientista, filósofo, artista, escritor. Assim, as produções destes se organizam como vasta unidade que forma a cultura e espelha a sociedade, atuando por sua vez sobre ambas como fator.

Sílvio tinha consciência do perigo reducionista, consistente no seu tempo em assimilar os fatos da cultura espiritual aos fatos da natureza; mas nunca abriu mão da idéia segundo a qual as leis que regem uns regem também os outros. Escreveu mais de uma vez que a evolução biológica é diferente da literária e não pode ser assimilada a ela; e que o movimento essencial do século tinha sido a penetração das ciências da natureza pelo método comparativo das ciências humanas. Mas achava que umas e outras são dirigidas pelo princípio do determinismo e podem ser explicadas pela concorrência, a seleção, a diferenciação, crescente, etc.

A essa luz, a literatura brasileira lhe parecia um produto cada vez mais diferenciado da portuguesa, devido à atuação dos fatores peculiares ao país, conforme a seleção natural. Tais fatores desaguavam na raça, que pôs em primeiro plano, segundo as tendências dominantes do século. Mas a sua originalidade vem do fato de haver compreendido e avaliado devidamente a importância da mestiçagem, - traço fundamental que teve, como vimos, o mérito de focalizar com nitidez e usar como instrumento de interpretação, a despeito de aceitar como princípio científico indiscutível a teoria da desigualdade das raças. De qualquer modo, abriu sobre a cultura brasileira uma perspectiva heterodoxa, que só em nossos dias começou a ser devidamente explorada.

Onde teria ido buscar estímulo intelectual para o seu ponto de vista? Ele se prezava de haver estabelecido no estudo da literatura brasileira o “critério etnográfico”, ou seja, a interpretação baseada no estudo da contribuição das raças que compõem a nossa população. Mais de um contemporâneo, sobretudo José Veríssimo, disse que o aprendera em Martius, e isso o magoava profundamente, levando-o a réplicas azedas e finalmente à elaboração de um estudo a respeito: “ Carlos Frederico F. Martius e suas idéias acerca da História do Brasil” (1912), publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Com efeito, Martius indicou a necessidade de ver a nossa história à luz das três raças formadoras e da sua mistura, denotando, aliás, uma notável ausência de discriminação racial que Sílvio bem poderia ter aproveitado. Mas a sua posição é diversa e faz pensar em outra fonte, paradoxal à primeira vista: Gobineau, que ele considerava um dos seus mestres e cuja “admirável visão genial” vem mencionada no referido estudo.

Não digo que lhe tomasse a teoria da desigualdade das raças, porque isso era dogma corrente para os evolucionistas, aos quais se filiou bem cedo; mas adotou a respeito alguns pontos de vista próprios de Gobineau e talvez tenha sido inspirado pela sua teoria da função histórica da mestiçagem, para cuja presença, reputada negativa, na América Latina, Buckle teria despertado inicialmente a sua atenção enquanto problema. E antes de ir adiante, ressaltemos esse caso de contradição em profundidade, pois trata-se de um pensador sem dúvida liberal que adota idéias de um reacionário extremado, fonte das piores posições racistas do nosso tempo.

No seu livro fascinante e deletério, Gobineau estabelece que a mestiçagem foi inevitável, porque a raça branca superior inicial (hipotética), sendo pouco numerosa, se viu obrigada ao cruzamento, que se tornou assim condição de civilização. Esta é vigorosa enquanto predomina o sangue das raças superiores (segundo ele), que no entanto vai empobrecendo, ao enobrecer o das inferiores. Por isso, a civilização caminha para a degradação irreversível da raça ariana, a mais nobre. Para ele, as que chamamos raças branca, amarela e negra são produto de cruzamentos remotos inverificáveis, mas estabilizados e uniformizados pelo trabalho dos séculos. Quando uma dessas raças estáveis cruza com outra, surge uma mestiçagem nova e instável, como a do mulato, que conduz a uma etapa mais avançada de degradação do sangue. Visão pessimista, como se vê, prevendo o fim dos tipos “superiores”. Ela seria contestada pelos racistas mais fanáticos e militantes, como Chamberlain (citado com apreço por Sílvio), segundo quem as raças não *surtem* “nobres”, mas *tornam-se* “nobres”, devido ao esforço de preservação da “pureza” através de seleções adequadas.⁽⁶⁾

⁽⁶⁾ A concepção de Arthur de Gobineau é exposta no Livro I do *Essai sur l'Inégalité des races Humaines*: “Considerations préliminaires; définitions, recherche et exposition des lois naturelles Qui régissent le monde social”, pp. 1-223 da 3ª ed., 2 vols., Paris, Didot, s.d. (a 1ª é de 1853).

A posição antagonista de Houston Stewart Chamberlain, que inspirou diretamente o nazismo, pode ser vista em *La Genèse du XIXe Siècle*, edição francesa de Robert Godet, 3ª ed., 2 vols., Paris, Payot, 1913, Vol. I, Cap. IV, “Le Cahos Ethnique”, sobretudo p. 358; e no “Annexe”, Vol. II, pp. 1383-389 e 1394-413.

Sílvio Romero sentiu, naturalmente, o quanto poderia ser operativa no Brasil uma teoria da civilização como mestiçagem e efetuou uma adaptação. Manteve a idéia de desigualdade mas, colocando-se de certo modo no ângulo de um povo colonizado, deu realce implicitamente à elevação das raças “inferiores” (índio e negro) por meio da mistura com o branco, que julgava nobilitante; e profetizou o predomínio deste no aspecto das pessoas, num futuro remoto mas garantido de estabilização. Ou seja, um modo de ver relativamente otimista, dentro dessa ordem de idéias. Aceitando, segundo Gobineau, que a maior ou menor qualidade dos povos e grupos sociais depende da maior ou menor parcela de sangue ariano que contêm, ele deu feição sistemática a um dos preconceitos defensivos mais correntes do brasileiro médio, expresso na idéia de “melhorar a raça”, isto é, ficar mais claro. Para ele, o Brasil só encontraria maturidade quando a fusão produzisse um tipo homogêneo de aspecto branco; e este foi o seu modo de harmonizar a lucidez de visão com o império do prejuízo pseudocientífico dominante em seu tempo.

Enriquecendo a idéia de Gobineau, que a mistura racial é condição lamentável mas necessária de civilização, Sílvio englobou também o aspecto cultural no termo mestiçagem, de maneira a abranger a assimilação de bens culturais, a vasta mistura de usos, costumes, instituições, que ocorre incessantemente na formação do Brasil. Para ele, mestiçagem é racial e é também o que se chama hoje contacto cultural, difusão cultural, aculturação.

Do ponto de vista ideológico, e apesar das origens comprometidas, a sua posição acabava sendo progressista, porque feria de morte a ilusão de brancura, estabelecendo abertamente a importância e a generalidade da mestiçagem. Ela poderia ter levado a consequências mais avançadas, se o meio estivesse em condições de recebê-la e se o próprio Sílvio não tomasse tão a sério a idéia de inferioridade racial. É lamentável como atacou e ridicularizou Manoel Bonfim, o único pensador brasileiro do seu tempo que criticou de modo sistemático a teoria da desigualdade das raças, procurando atribuir a causas de ordem social o atraso e a desordem dos povos latino-americanos.⁽⁷⁾ Pior ainda: na prática, ele sempre cometeu a vulgaridade (para dizer o menos) de assacar aos desafetos a sua eventual condição de mestiço, como se fosse um xingo, e apesar de ser mestiço o seu venerado Tobias Barreto.

No entanto, repito, a sua posição era essencialmente progressista, como se pode verificar se não fizermos retroagir os nossos conceitos atuais. Naquele tempo, acreditar na desigualdade das raças era aceitar um dado que se considerava científico. Para Sílvio, preconceito seria ocultar a verdade a respeito da nossa situação racial, como se depreende duma resposta a Teófilo Braga, segundo o qual a teoria da mestiçagem era deprimente para o povo brasileiro.

“Nós aqui aceitamos as condições e não fugimos às responsabilidades que a

⁽⁷⁾ BOMFIM, Manoel. *A América Latina*; males de origem, Rio de Janeiro : Garnier, 1905. Sobretudo Cap. I da 5ª Parte, pp. 264-314. Para uma análise da posição de Manoel Bonfim em face do problema racial, ver: Thomas E. Skidmore, *Black into White. Race and Nationality in Brazilian Thought*, N. York, Oxford University Press, 1974, p. 113-18.

história nos criou. Podemos, no estudo imparcial objetivo, que fazemos de nossas origens e procedências, em respeito à verdade científica, mostrar, confessar, aqui ou ali, alguma fraqueza, alguma falta de profundidade ou originalidade; mas nem renegamos nossos pais, índios, africanos ou europeus, nem caímos mais na tolice, no preconceito, de pretender ocultar o enorme mestiçamento aqui operado em quatro séculos. Só um fanático arianizante é que pode ainda ter a leviandade ou a cegueira de reduzir, no século XX, os mestiços apenas a *camadas sem ação direta na cultura e na sociedade do Brasil!*...”⁽⁸⁾

Isso mostra como se libertava da obnubilação motivada pela crença na desigualdade, e como o seu racismo era de um tipo que se poderia chamar antropológico, geral na sua época, partilhado pela grande maioria dos pensadores progressistas. Mas não manifestou racismo político (esboçado por Gobineau e agressivo em Chamberlain), para o qual as “raças superiores” deviam dominar as “inferiores” como um dever de civilização. Sílvio, ao contrário, lutou tenazmente contra o “perigo alemão” no Sul do Brasil, em artigos, discursos, estudos. Constatando a mestiçagem queria encaminhá-la para as combinações que julgava favoráveis, isto é, as que se efetuavam com a raça que, dentre as três que nos formaram, considerava superior. Por isso, tinha horror da imigração japonesa, embora admirasse o Japão. Mas não concluía por uma visão aristocrática (como posteriormente Oliveira Viana); desejava a fraternização geral das raças pela “boa” mistura, a fim de que o Brasil chegasse a ter um povo etnicamente estável, homogêneo, que pudesse manifestar-se democraticamente e exprimir a sua vontade, única base da verdadeira soberania, como afirmou mais de uma vez. O seu racismo antropológico chegava a uma visão de igualdade e universalização dos direitos; não a uma glorificação de elites, que seriam privilegiadas por serem racialmente superiores.⁽⁹⁾

Também do ponto de vista metodológico a sua concepção foi positiva. Para ele, a cultura em geral, a literatura, em particular, podiam ser entendidas no Brasil aferindo-se os seus produtos ao vasto processo de mestiçamento em sentido amplo, o que permitia não apenas descrever com objetividade, mas julgar com segurança, pois o critério de valor, muito coerente no contexto das suas idéias, era a verificação de como e em que grau o autor e a obra tinham contribuído para a diferenciação, aproximando-se progressivamente de um teor brasileiro, que se manifestava sobretudo na fidelidade com que eram reproduzidos a sociedade e os sentimentos.

Interessava-se, portanto, por um “processo”, uma sucessão dinâmica de etapas

⁸⁾ ROMERO, Sílvio. *Passe Recibo*, cit., p. 54. As palavras grifadas reproduzem literal ou aproximadamente o pensamento de Teófilo Braga que ele refuta.

⁹⁾ Para as suas idéias sobre imigração e o perigo da concentração maciça de imigrantes, ver América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bonfim), Porto, Lello & Irmão, 1907, onde vem praticamente reproduzido, com inclusões, o opúsculo “O alemanismo no sul do Brasil”, pp. 263-347. Quanto ao seu ponto de vista sobre a política como expressão da vontade popular, ver, por exemplo, o trecho de *O Brasil na Primeira Década do Século XX*, transcrito adiante.

logicamente concatenadas, o que levava, dentro das normas da teoria naturalista, a buscar as origens, descrever os conjuntos, definir a função histórica e deixar de lado considerações de ordem formal. Daí o realce dado à literatura oral, na qual procurou (sem grande resultado, seja dito) as características primordiais da literatura brasileira, que, por outro lado, sabia o quanto era prolongamento e transformação da literatura erudita portuguesa. Daí também a desconfiança bastante pueril em relação às preocupações estéticas, que vivia denunciando como manifestação de frivolidade; elas lhe pareciam uma espécie de traição ao grave empenho na realidade, que julgava indispensável, em benefício de uma gratuidade que o horrorizava como pensador e cidadão.

Mas além das idéias teóricas gerais, convém sempre indagar quais são os conceitos particulares que um crítico usa. Entre os seus contemporâneos, estrangeiros e brasileiros, os mais correntes podiam ser ordenados em três grupos principais: os não-estéticos, que refletiam mecanicamente o arsenal da divulgação científica do momento, ou manifestavam a visão desarmada do senso comum: os estéticos, que denotavam interesse pelo mundo específico da obra; *os propriamente técnicos*, relativos à fatura.

No Brasil daquele tempo, quase só Araripe Júnior manifestou sensibilidade para os últimos. Veja-se entre muitos exemplos possíveis, o seu interesse pelos modos de narrar, no estudo sobre o conto, em *Movimento de 1893*.⁽¹⁰⁾ Em José Veríssimo encontramos freqüentemente os segundos, visíveis na sua preocupação pela coerência da narrativa, a organização da obra, a lógica do personagem, a pertinência da linguagem, que se pode verificar na sua análise do que chama a “estrutura do caráter” num romance de Afonso Celso, nas reflexões sobre o estilo de Coelho Neto ou sobre os estudos de língua portuguesa.⁽¹¹⁾ Em Sílvio Romero ocorrem quase só os primeiros, como: fidelidade ao real, sentimento da vida, sinceridade, “valentia” da emoção, função nacional do texto e outros, numa preferência nítida pelo conteúdo expresso e o seu efeito sobre o leitor.

Tais conceitos correspondem a um certo modo de ver a literatura como se, no fundo, e apesar de ressalvas em contrário, ela fosse a própria realidade. Daí uma permanente conversa de aferição com o leitor, chamado implicitamente a testemunhar sobre a eficiência, verossimilhança e fidelidade ao real que o texto apresenta. É como se o crítico dissesse: “Vejam como o autor é sincero, como corresponde ao que sentimos em tais circunstâncias; verifiquem como retrata exatamente os nossos costumes, como a sua obra parece a própria realidade que experimentamos: notem como é corajoso, patriota, amigo do saber”. Estas e outras maneiras de apresentar o texto abundam em Sílvio, mostrando como ele deslizava para fora da literatura, interessado no seu cunho de visão do país, em particular, da realidade, em geral. Daí um vocabulário crítico pouco imaginoso e preciso, oscilando entre o uso da terminologia científica em moda e o palpite coloquial, traduzido freqüentemente por uma desconversa, uma verdadeira fuga ao texto, que revela, no fundo, certa incapacidade de focalizá-lo.

⁽¹⁰⁾ T. A. Araripe Júnior, *Literatura Brasileira. Movimento de 1893*. Crepúsculo dos Povos, Empresa Democrática Editora, Rio, 1896, pp. 113 e segs.

⁽¹¹⁾ VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro : Garnier, 6 vols., 1901-1907, 1º Vol., pp. 237-40 e 247-50; 6º Vol., pp. 47-133.

Abundam na sua obra os artigos onde um autor ou livro servem de pretexto para considerações gerais ou reflexões à margem. Mesmo quando conseguia fixar-se num assunto, não deixava de usá-lo como estímulo para a sua loquacidade, - o que se pode ver adiante no estudo sobre Luís Murat, transformando em estudo sobre a poesia em geral e a brasileira em particular.

De maneira quase sempre decepcionante, Sílvio Romero crítico literário é alguém que só consegue ver, para lá da literatura, o seu cunho de documento da sensibilidade ou da sociedade, - com a conseqüente e referida birra pelas considerações de ordem estética, no fundo inacessíveis à sua insensibilidade neste setor e que ele costumava enquadrar na chave da masturbação mental.

Essa questão é básica para compreendê-lo e tem sido levantada desde sempre, com maior ou menor pertinência. Sílvio Rabelo a propõe em termos adequados:

“É possível que Sílvio Romero, de todos os críticos do Brasil, tivesse sido o de mais extensa erudição – o que tivesse assimilado a mais vasta experiência de leitura. À crítica literária não repugna uma preparação como a que ele chegou a possuir – certamente maior que a de Araripe Júnior e a de José Veríssimo. Entretanto, toda essa soma de conhecimentos teria de ser mal-utilizada à falta de qualidades propriamente artísticas. Sempre que se apresentava a oportunidade para a discussão de doutrina, de sistemas e escolas, ele se afirmaria com desembaraço e quase sempre com lucidez. A estrutura do seu espírito foi coerentemente a mesma em todos os momentos – um espírito geométrico que, por ausência de imaginação, se deixou comprimir dentro do já experimentado, do já discutido – da experiência feita em idéias e soluções que não se cansava de manipular com sensual volúpia. O que dependesse, porém, de uma apreensão pela sensibilidade ou pela intuição escaparia sempre à sua capacidade crítica. Por isso, Sílvio Romero cometeu em literatura os mais graves erros de julgamento”⁽¹²⁾.

Mas quem sabe isso foi até certo ponto condição para ele compreender tão bem a literatura como fato social e, no caso brasileiro, o seu papel na formação da consciência do país? Ele tinha a desconfiança permanente dos que só aceitam a palavra literária quando justificada por um empenho ético, religioso, político ou disfarçado de outra coisa: ciência, filosofia, sociologia. Em sentido jocoso e totalmente diverso das acepções agora em moda, pode-se dizer que esta seria uma visão carnavalesca propriamente dita, segundo a qual as obras só valem quando disfarçadas com o severo dominó ideológico ou os arlequins de variado pragmatismo.

Se ainda aqui o compararmos aos colegas que formam com ele a tríade clássica da crítica brasileira, veremos que o vocabulário deles era muito mais satisfatório que o seu. José Veríssimo, por exemplo, refere-se constantemente ao mundo moral e social, mas

⁽¹²⁾ RABELO, Sílvio. Itinerário de Sílvio Romero. Rio de Janeiro : José Olympio, 1944. p. 94-5.

também à linguagem, com uma abertura que o põe acima dos puristas então dominantes, numa preocupação que é, ao mesmo tempo, estética e gramatical no melhor sentido.

No entanto, é preciso creditar a Sílvio Romero a intensa atividade profilática contra a hipérbole, a atitude embasbacada e o louvor indiscriminado, que predominavam na crítica romântica. Ele acidulou o vocabulário, adotou uma estratégia de agressão que o levava a comparar incessantemente a literatura à realidade do cotidiano, e assim estimulava o leitor a encarar criticamente o seu país, despertando-o da modorra de otimismo convencional em que o mergulhara a ideologia patrioteira dominante. Isso, a despeito de ser ele próprio um patriota exaltado.

Essa questão de estilo crítico leva às técnicas próprias de Sílvio no tratamento da matéria literária. Em primeiro lugar, nota-se nele a convicção do primado da síntese sobre a análise e, conseqüentemente, das visões históricas sobre as considerações estáticas. No resumo escrito para o *Livro do Centenário*, diz que para estudar a evolução geral da literatura brasileira é preciso pôr de lado as questões de erudição e de crítica propriamente dita, ⁽¹³⁾ o que permite distinguir quais eram para ele os aspectos da crítica: *erudição*, que fornece os dados; *análise*, que os interpreta e avalia; *síntese*, que mostra as leis de sua evolução. Pode-se dizer que nunca praticou a primeira, praticou de modo insatisfatório a segunda e bem a terceira. Esta seria para ele a verdadeiramente científica, isto é, a que podia mostrar, por cima da singularidade dos fatos, as diretrizes gerais do seu encadeamento a partir de uma origem, ligada à dinâmica da raça e do meio social.

Quando dizemos que não praticou bem a análise (de certo modo a pedra de toque do crítico), é preciso encará-la, não como a concebemos hoje em suas diversas possibilidades teóricas e práticas, mas como ocorria no tempo dele.

Naquela altura, ela consistia no seguinte conjunto de procedimentos: 1) citação de trecho, que, pelo próprio critério da escolha, deveria tornar patente o que era o escritor estudado, conforme o ponto de vista do crítico; 2) resumo do enredo ou apresentação do assunto em suas diversas partes, o que pela tradição era a análise propriamente dita; 3) juízo de valor, em função de algum princípio geral, que podia ser a impressão de realidade, a beleza, a força, etc. Assim fazia Villemain, modelo de críticos portugueses e brasileiros, como Sotero dos Reis. Assim fez ainda Sílvio Romero na sua esteira, apesar de todas as novidades teóricas que adotou. Estas podiam entrar apenas na terceira etapa, a da avaliação, pois ela já era uma primeira síntese, constituindo, como diria ele, um “juízo sintético”, geralmente orientado pela definição da “faculdade mestra”, conceito básico de Taine para compreender o escritor e a sua obra como produto extremo de seleções do meio e da raça. Pode-se dizer que a primeira etapa era de comprovação; a Segunda, de demonstração; a terceira de avaliação. Todas eram dominadas pelo senso do *conteúdo* e seu significado, descartando a *forma*, em graus variáveis segundo cada crítico. Em Sílvio, quase completamente; em Veríssimo não, porque se preocupava, segundo vimos, com os

⁽¹³⁾ ROMERO, Sívio. “A Literatura, 1500-1900”, em *Livro do Centenário*, 4 vols. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1900, p. 3.

aspectos de cunho estético, embora tendo sempre o assunto como pedra de toque, o que era natural para o tempo.

Nisso, eles se conformavam com a tradição francesa, não apenas do romântico Villemain, mas do positivista Taine, que era um recontador habilíssimo de entrecchos. Recontar visava a aprender o essencial da composição do ponto de vista psicológico, para ir chegando aos limitados elementos finais, os decisivos, que desvendam a “faculdade mestra”.⁽¹⁴⁾

Esse modo crítico deve ser encarado em função do momento. No século XIX ocorreu o que se pode chamar de crise dos instrumentos analíticos propriamente ditos, devido ao fim da Retórica (tornada bastante mecânica) e ao advento da visão histórica, que deslocou o procedimento analítico para outros rumos. Na tradição do gênero histórico, ela favoreceu o “retrato” psicológico individual e o “panorama” social geral, fazendo que a melhor crítica tendesse às análises de conteúdo, já que as de forma tinham se degradado em automatismo, escolástico. Surgiu uma certa crítica generalizadora bastante fecunda que compensava a mutilação do interesse formal pela expressividade das visões concentradas, de alto teor comparativo, realçando as características significativas. Quando hoje repassamos os escritos dos nossos velhos críticos, verificamos que freqüentemente o que fizeram de melhor foram certos balanços, como o de Sílvio Romero sobre o ano de 1888 (transcrito adiante), o de Araripe Júnior sobre o ano de 1893, os que finalizam as seis séries de *Estudos de Literatura Brasileira*, de José Veríssimo. Emergindo de uma visão conjunta, cada obra e autor ficam mais expressivos, são melhor compreendidos, e apresentados no esforço de síntese, causando em nosso espírito um impacto maior que o dos artigos onde são abordados isoladamente.

Por isso, a incapacidade de Sílvio Romero focalizar convenientemente um autor pode também ser vista, do lado favorável, como algo ligado à sua concepção de que a parte só tem sentido no todo, visto a partir das origens, caracterizado pelo jogo dos fatores condicionantes e encarado, não nos momentos de permanência, mas na trajetória completa da sua evolução:

“Como primeira consequência, a necessidade de tomar a vida intelectual e afetiva do povo no conjunto, numa história geral, e não em tipos isolados e admirados por qualquer motivo. Como Segunda consequência, ver no critério etnográfico a base de todo o desenvolvimento. Como terceira, partir do folclore para a literatura”.⁽¹⁵⁾

⁽¹⁴⁾ A apresentação sistemática da teoria de Taine pode ser vista nos prefácios à 1ª e 2ª eds. *Dos Essais de Critique et d'Histoire* (a 1ª é de 1858), que cito conforme a 16ª, Paris, Hachette, 1920, pp.III-XII e XIII-XXVIII; e na introdução à *Histoire de la Littérature Anglaise* (1864), que cito conforme a 17ª ed., 5 vols., Paris, Hachette, s. d., Vol. I, pp. VI-XLIV.

⁽¹⁵⁾ ROMERO, Sílvio. *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*, Porto, Chardron, 1911. p. 65.

Atrás de todo o barulho da obra de Sílvio Romero, há uma espécie de pergunta constante e ansiosa, em relação à literatura e em relação ao país onde ela funcionava. Convém fazer um esforço para vê-la também com este carimbo do tempo.

Os homens do século XIX propuseram nos termos da época as questões, que, apesar de toda a posterior concentração dos esforços na realidade própria dos textos, continuam a intrigar o crítico: como funciona a mente de um escritor? Quais os fatores imponderáveis que o levam a escrever isto e não aquilo, deste ou daquele modo? No século XIX essas questões foram subordinadas à idéia de causa e do seu mecanismo; mas a causa foi tomada ao mundo natural e social, num esforço enorme para atenuar a presença do imponderável. Aqueles homens pensaram que, se fosse possível descobrir motivos naturais, o mecanismo se desvendaria e o estudioso surpreenderia no vivo a própria natureza do ato criador, através da natureza do agente (autor) e do produto (obra).

Propor a raça e o meio como condições, era introduzir a dimensão natural, era um esforço para reduzir ao explicável, avançando sobre a linha de sombra dos imponderáveis da tradição crítica: “furor”, “gênio”, “inspiração”, “dom”, “gosto”, etc. A raça, por exemplo, parecia fornecer o instrumento necessário para saber de que modo uma concepção e um fazer decorrem da filtragem através da índole de certo povo, adquirindo os seus traços próprios, que se podem determinar com segurança. Perguntar, como Sílvio, quais eram os tipos de raça, quais as suas combinações, que condicionavam a literatura brasileira, era suscitar, a propósito desta, toda a sorte de questões do mais alto relevo.

Hoje, nós sabemos que, do ponto de vista literário, a pergunta é inócua, porque não tem resposta, pois a resposta é também uma *invenção*, convencional como a própria obra, não uma solução objetiva, que se desejava obter. Mas foi historicamente importante e, naquele tempo, todo crítico deveria fazê-la para ser digno do nome, porque era a maneira vigente de afrontar o mistério. Mais ou menos como hoje, todo crítico precisa propor o problema da estrutura, mesmo que ela não o leve a descobrir o que deseja: a revelação da natureza do texto e o mecanismo da sua produção. Dizer que tais perguntas dever ser descartadas facilita e alivia, mas não resolve.

A indagação de Sílvio Romero era infrutífera pela própria natureza. A raça não explica nada e, para começar, não se sabe o que seja como categoria explicativa. Mas o interesse por ela permitiu uma reflexão ampla e valiosa sobre a literatura do Brasil e sobre o Brasil enquanto produtor de literatura. Este esforço correspondia a uma posição existencial dramática do intelectual brasileiro, que, num contexto dominado pela obsessão biológica do século, perguntava ansiosamente a quantas ficaria, ele, fruto de um povo misturado, marcado pelo medo da alegada inferioridade racial, que no entanto aceitava como postulado científico. Seria capaz de produzir como os seus modelos, pertencentes às “raças superiores”? Poderia disfarçar a realidade e fingir de “raça superior”? Poderia, individualmente, escapar à maldição em que incorria o seu vizinho?

Essas angústias eram viscerais no brasileiro profundamente consciente do seu país que foi Sílvio Romero; ele as enfrentou corajosamente e elas o levaram a esboçar algumas das melhores vias de resposta, no meio da ganga de incoerências e recuos. Por isso a sua

obra ainda interessa; e também porque foi das poucas no Brasil que procuraram desfazer a cortina de fumaça retórica e ideológica, para mostrar o país mais de perto. Sob este aspecto, ele se aparenta a Euclides da Cunha, a Manoel Bonfim, a Miguel-Pereira, a Lima Barreto, contrastando com certo grã-finismo reinante no seu tempo, com o esnobismo que, a pretexto de estética, escorregava para um pobre esteticismo e chegava, em crítica, a ponto de ressaltar a postura elegante do escritor, o seu êxito mundano e até as suas gravatas. Uma crônica interessante de Mateus de Albuquerque narra uma das últimas atividades de Sílvio, o seu discurso de paraninfo aos bacharéis de 1913 (publicado com o nome *de O Remédio*, que vinha a ser a adoção da Escola da Ciência Social); e mostra o contraste entre o bom-tom dos rapazes cépticos, arrumados, preparados para as boas carreiras, e a energia violenta do grande dizedor de verdades:

“Estava ali um monstro a perturbar as louçanias de uma pequena sociedade requintada com doutrinamentos incômodos e extemporâneos, de mais a mais expendios com tonitruâncias ásperas e incisivas”.⁽¹⁶⁾

De modo que o que se tira de Sílvio Romero com uma das mãos, e preciso dar de volta com a outra.

⁽¹⁶⁾ Mateus de Albuquerque, Sílvio Romero”, em *As Belas Atitudes*, Lisboa-Rio, Portugal-Brasil Limitada, [s. d.], p. 96.

* CÂNDIDO, Antonio. Introdução. In : ROMERO, Sílvio. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção Antonio Cândido. São Paulo : EDUSP, 1978. p. ix-xxx.

A HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA *

José Veríssimo

E de 1888 a publicação dos dois primeiros volumes da **História da Literatura Brasileira** do Sr. Sílvio Romero. Vinha essa história desde o século do descobrimento até 1870. Não obstante ser, ainda antes de acabado, o livro mais completo sobre a nossa história literária, e apesar das suas dimensões. Havia nele lacunas sensíveis, como o silêncio sobre o romance e o teatro, que justamente antes desta última época aqui nasceram e mais floresceram. Essa falta era grave, não só do ponto de vista cronológico, mas ainda do ponto de vista lógico. Certamente o autor a emendaria, sem aliás poder mais sanar o que me parece um erro de método, nos seus subsequentes volumes, mas a obra, infelizmente, parou no segundo.

Reeditando agora o primeiro, promete-nos ele um terceiro, que a deve concluir. Eu não sei se, com o desenvolvimento que nos dois primeiros lhe deu, um só lhe bastará para, sem defeito notável e prejuízo do assunto, levá-la ao cabo. Obra tal, e sobretudo tão complexa e sugestiva, como é a do Sr. Sílvio Romero, não pode talvez ser convenientemente julgada senão no seu conjunto. Sem embargo da exatidão deste asserto, não creio, entretanto, impertinentes os juízos sintéticos dela já feitos. Não é talvez a *História da Literatura Brasileira* do Sr. Sílvio Romero um desses livros quase perfeitos e quase definitivos, um standard book, como lhes chamam os ingleses, de trabalhada erudição e sólida e coerente doutrina, nem, pela sua estrutura e composição, uma obra de arte; mas é um acontecimento literário de primeira ordem e como tal conserva todo o seu valor.

Não é difícil, e já tem sido feito, apontar-lhe as contradições, as incoerências, as repetições, as inexatidões de fato ou de juízo, os abusos de generalização, a carência de serenidade e imparcialidade crítica. Nada disto, quando fosse bem verificado, lhe tira, ou sequer diminui, o mérito próprio, que é, penso eu, aquele. Nem tudo o que lhe pôs o autor é novo ou original, apesar do seu manifesto e nem sempre legítimo desdém pelos seus antecessores na história da literatura brasileira, desdém próprio dos temperamentos de luta e de negação, como o seu. Não obstante, a **História da Literatura Brasileira** do Sr. Sílvio Romero é com certeza um dos livros mais originais, ou pelo menos mais pessoais, mais sugestivos, mais copiosos de opiniões e idéias, mais interessantes, de mais veias e temperamento que jamais se escreveram no Brasil. Se inovou muito menos do que cuida o autor no, que respeita a concepção, o método da nossa história literária, foi o primeiro que para ela trouxe as noções da crítica e da filosofia modernas, que nela agitou, com maior conhecimento das doutrinas, e mais capacidade de aplicação e generalização, as idéias que fora daqui haviam desde muito revolucionado as criações semelhantes. E a pretexto de literatura, a sua História discutia todos os problemas e questões que direta ou indiretamente interessavam a nossa vida nacional: políticas, econômicas, científicas, industriais, estéticas, administrativas, étnicas, costumes, crenças, língua, ideais, aspirações e opiniões. Apenas se achará alguma de que o livro não trate ou sobre a qual não dê o autor o seu parecer, e como

ele é um nervoso, um apaixonado, um temperamento de combate, um propagandista de idéias, e traz da Academia, e lhe ficará por toda a vida, o gosto da discussão, calorosa, entremeiada da chalaça, que a camaradagem escolar desculpa, e que ele tem da melhor espécie luso-brasileira, a exposição delas é sempre viva, jamais monótona, nunca banal. Se em dois fartos volumes ela acaba por fatigar um pouco, é por causa das repetições, que na primeira edição eram demasiadas, e que não sei se foram tão suprimidas quanto convinha nesta Segunda. Este defeito, porém, como outros que se podem apontar no livro, derivava da maneira por que o Sr. Sílvio Romero realizou a sua obra. Apesar da unidade de título e de composição que aparenta, ela é por muito fragmentária, feita em grande parte de artigos diversos em, cada um dos quais o autor repetia as suas idéias favoritas de pregador de doutrinas que lhe eram caras. O seu livro é de polêmica, como de polemista é essencialmente o temperamento literário do autor. “Porque esta – perdoem-me citar esta apreciação por mim escrita em 1895 a propósito do livro do Sr. Sílvio Romero, **Doutrina contra Doutrina** – é a característica dominante do Sr. Sílvio Romero: ser um polemista. Fazendo história ou crítica literária, política ou filosofia, escrevendo ou conversando, apesar da bonomia afetuosa, natural e amável do seu trato, que estão longe de suspeitar os que só por seus livros o conhecem, o Sr. Sílvio Romero é um polemista”. Se esta feição principal da sua índole espiritual tirou a sua obra as qualidades de reflexão e imparcialidade que são as preeminentes da história, mesmo literária, prejudicando muitas vezes a exatidão dos seus juízos, por outro lado deu-lhe talvez mais vida e interesse. Somente, eu temo que essa vida e interesse não sejam retrospectivos, que as doutrinas ou opiniões pelas quais se bateu com tanto talento e ardor o Sr. Sílvio Romero, umas por totalmente passadas de tempo, outras por vitoriosas, não despertem mais no leitor de hoje a mesma atenção e interesse que levantaram nos de quatorze anos atrás. É aliás esta a sorte dos livros revolucionários, dos livros de doutrina e propaganda; realizado o seu efeito, mingua-se-lhes também a virtude essencial. Não sei, porém, de mais gloriosa e consoladora recompensa de um escritor do que haver influído no espírito da sua geração e do seu tempo. Essa influência, feita principalmente mediante a sua História, é incontestável que a exerceu o Sr. Sílvio Romero, ao menos no grau compatível com a capacidade de ação e reação espiritual do nosso organismo nacional. Mesmo entre os que dele divergem, e até lhe combatem idéias, concepções, doutrinas, conceitos, há discípulos seus da primeira hora, espíritos que por mais de uma feição provém do seu. Para um escritor, para um pensador que à sua pessoa, à sua mesma obra, antepõe e prefere as idéias, ainda desenvolvidas e modificadas e corrigidas, que espalhou e pelas quais combateu, não conheço maior galardão, maior motivo de íntimo e nobre contentamento.

Penso que para assentarmos em bases definitivas uma história da literatura brasileira precisamos completar o trabalho de erudição, apenas começado, e muito fragmentário, indispensável ao conhecimento exato e seguro dos materiais que a compõem. Como na história política, nós principiamos pela síntese, antes de fazer a análise; o trabalho de generalização aqui precedeu o do saber exato. A fonte da nossa história literária é a introdução de Varnhagen ao seu Florilégio da poesia brasileira (Lisboa, 1850, I e II vols. III, Madrid, 1853). Foi ele quem lançou nessas páginas a primeira pedra do edifício ainda não acabado de construir da história da nossa literatura, e mais quem lhe assentou o critério geral, Wolff, Norberto Silva, Fernandes Pinheiro e outros não fizeram senão segui-lo, e se o desenvolveram, foi segundo o plano das suas indicações. É, senão pelo espírito filosófico e

método crítico, pelo desenho geral, por inúmeras noções e informações, ainda a História do Sr. Sílvio Romero deriva da Introdução de Varnhagen, ao qual deve a nossa história literária mais outros preciosos subsídios.

É óbvia, para os que consideram a literatura como um fato social, e sob seu aspecto histórico, a necessidade de um profundo conhecimento dos documentos literários, da época, do meio, do momento em que apareceram, para a constituição de uma história do seu desenvolvimento. Um exemplo, porém, não será demais, e é o da dificuldade que presentemente temos de assentar em razões incontestáveis as grandes divisões da nossa história literária; e não quero maior prova disso do que o vago, o incoerente, o impreciso, o incongruente das divisões feitas pelos diferentes autores. Quereis ver? Na primeira edição do seu livro, havia o Sr. Sílvio Romero estabelecido uma divisão, que aliás mantém nesta; mas, como se não estivesse seguro da sua excelência ou simples razão de ser, no prólogo desta segunda edição declara que “no que diz respeito à questão dos períodos literários entre nós”, não lhe “seria difícil substituir a divisão proposta no texto pela seguinte” – e enuncia-a. Mas logo acrescenta que “poderia ainda ajuntar que, tanto esta nova divisão e classificação, como a que se lê no livro, não perderiam nada em ser substituídas pela seguinte” – e expõe outra. Porém “não é tudo, escreve ele; seria ainda possível simplificar a divisão e dá-la em duas grandes épocas”, - que também aponta. Temos, pois, um só historiador da literatura nacional que acha possível dividir indiferentemente em quatro classificações ou divisões diversas os seus períodos históricos, de nenhuma das quais, declara-o ele francamente, “faz grande cabedal”.

Numa história da literatura nacional com pretensões filosóficas e doutrinárias, este defeito de método, esta flutuação inconcebível de um critério de classificação, é do pior efeito. E talvez desta falta inicial derivem outras, da mesma categoria na obra, aliás por tantos títulos estimável, do Sr. Sílvio Romero. Chegava a ser extravagante na 1ª edição a qualificação dos poetas no que o autor chamara, com a convicção que vimos. Terceira Época, ou período de transformação romântica (1830-1870 e anos próximos): “poetas”, “ainda poetas”, “poetas ainda”, “outros poetas”, “ainda outros poetas”, etc., que não indicava senão a inconsistência do critério aplicado à apreciação da poesia brasileira naquele período, pelo seu novo historiador. Na 2ª edição, de 1903, corrigiu ele estas denominações disparatadas, dividindo a poesia do nosso romantismo em fases, não menos arbitrarias, aliás, a meu ver, que aquelas categorias. Mas a correção foi puramente exterior, e de modo algum interessou ao âmago da questão.

De parte o que esta flutuação e incoerência de classificações pode revelar de uma erudição lacunosa do objeto, a indiferença declarada por elas me parece pouco filosófica, e de surpreender no Sr. Sílvio Romero, que escreveu a sua História com preocupações e intuítos declaradamente filosóficos. O seu livro, e este é um dos seus principais méritos, é a demonstração de que a literatura brasileira é um aspecto da sociedade brasileira, cujo desenvolvimento acompanha, cujo caráter define, cuja vida representa. Ora, o desenvolvimento de toda sociedade, e o da nossa não faz exceção, por mais igual a si mesmo e homogêneo que seja, se opera sempre de modo a oferecer à análise feições mais ou menos distintas. Estas feições, de qualquer ordem que sejam, contanto que sejam características, cumpre ao historiador assinalá-las. Vai nisso não só uma questão da

exatidão, de verdade objetiva, da verificação de um fato indispensável para entendermos a evolução da sociedade, mas de método e, portanto, de lógica. Se o historiador da literatura brasileira chegar a convencer-nos de que quatro divisões de seu desenvolvimento são igualmente boas ou igualmente ruins, principalmente quando são todas estabelecidas à mesma luz, somos levados logo a crer que essa literatura é alguma coisa amorfa, inconsistente, sem vida nem relação com a sociedade, não tendo por onde se lhe pegue e, portanto, o que nos deva interessar.

Uma divisão rigorosa, sistemática e lógica, científica, se posso dizer dos períodos em que necessariamente se reparte a história da nossa literatura, é a meu ver condição indispensável para lhe compreendermos o desenvolvimento, e para percebermos em síntese que reações sociais sofreu ou operou. Tem pois dupla importância teórica e prática, sob o aspecto didático, não menos relevante, para toda a ordem de estudiosos.

Outra necessidade de uma história da nossa literatura, que quase todos os que dela se têm ocupado aliás sentiram, é a de defini-la. Deve ela, segundo quer e praticou o Sr. Sílvio Romero, comportar tudo quanto na ordem intelectual se escreveu no Brasil, ou, como penso, somente o que é propriamente literário ou o que não o sendo, tem bastante generalidade e virtudes de emoção e de forma para poder ser incorporado na literatura? Assevera-nos o Sr. Sílvio Romero que aquela é a concepção alemã da história da literatura; não o contestarei, embora não o pudesse verificar do modesto conhecimento que, mediante os franceses e ingleses, tenho da literatura alemã. Esse critério, porém, não é o da nossa cultura latina, nem o da anglo-saxônica, não o praticam os franceses, nem os italianos, nem os espanhóis, nem os portugueses, como não o praticam os ingleses ou os americanos. Sobejam os exemplos em apoio da minha asserção. Em França há uma exceção que não prejudica a regra, antes a confirma: é a História Literária da França, vasta e copiosa publicação de erudição pura, começada pelos Beneditinos em séculos transatos e continuada pela Academia das Incrições e Boas-Letras, e na qual se recolhem e analisam todos os documentos escritos que interessam não só à literatura, mas à vida intelectual e à língua francesa, mas nenhum historiador da literatura francesa a tomou por modelo ou lhe seguiu o critério. E os mais recentes e notáveis historiadores da literatura grega, os irmãos Croisets, embora, seguindo o pensamento alemão, houvessem alargado o campo da história literária, para compreenderem na sua mais que os puros literatos ou as obras propriamente de boas letras, limitaram nitidamente o seu assunto, a ponto de, se se lhes depara um autor de quem nem toda a produção pertence a esse domínio expressamente abandonam a parte que lhe é estranha. É este critério que me parece verdadeiro, tanto mais que ele não exclui, antes abrange como elementos subsidiários de valor, as obras e os homens, que sem pertencerem à história da literatura influíram na vida moral e mental da sociedade, no seu pensamento e, portanto, na representação dela, que é a literatura. Ora, não me parece que fosse com esta reserva necessária que o Sr. Sílvio Romero tenha feito entrar na história da nossa literatura economistas, juriconsultos, publicistas, lingüistas (?), teólogos, e tenham-se ocupado, em capítulos especiais, das belas artes e das ciências naturais aqui. Tudo isto, sobretudo pelo modo que o fez, é impertinente ao seu assunto, tanto mais que não sei se ao autor não faltou, senão a competência, a arte de ligar esses sujeitos e correlacioná-los devidamente com ele. Mas, segundo o velho rifão, quod abundat non nocet, e se a **História da Literatura Brasileira** do Sr. Sílvio Romero, excedendo os seus justos limites, perde em

lógica, em método, em proporções, e, portanto, em beleza, como obra de arte, ganha em extensão, sendo mais que uma história da nossa literatura, quase uma história da nossa cultura.

Definida o que é a literatura brasileira e limitada a compreensão da sua história, um estudo rigoroso devia fazer a seleção dos escritores e obras que lhe pertencem, pois ainda a este respeito há divergências e flutuações grandes, e incoerências, como do mesmo livro do Sr. Sílvia Romero se vê. Pertence Anchieta à nossa literatura? Uns dizem sim, o Sr. Sílvia Romero diz não, mas dando razões que justificariam o sim. Pertence-lhe Antônio José? Se me consentissem voz no capítulo, eu responderia redondamente não; o Sr. Sílvia Romero, por motivos que absolutamente não calaram no meu espírito, assevera convictamente que sim. Havemos de admitir nela, senão como prova de uma incipiente vida espiritual nas épocas de formação da nossa literatura, obras que só vieram a ser publicadas nos nossos tempos, desconhecidas completamente dos coevos, como as de Gabriel Soares, Frei Vicente do Salvador e outros? As cartas e mais publicações jesuíticas hão de se lhe incorporar? E, como estas, há muitas outras questões que a crítica devia previamente discutir e resolver, para não obrigar a história a discussões que não lhe são próprias, que a forçam a polémicas descabidas, que lhe perturbam o desenvolvimento e a mesma beleza da exposição, que a obrigam a repetições importunas e contradições graves.

Não se pode, entretanto, sem justiça ou incompreensão das circunstâncias em que o Sr. Sílvia Romero escreveu a sua História, e até sem desconhecer a inspiração geral da sua obra, prezá-la menos por esses e quejandos senões ou falhas.

Ela é, em todo caso, um dos livros mais consideráveis das nossas letras, o mais completo para o estudo da sua história, sendo muito para desejar que o autor o leve sem maior demora ao cabo.

*VERÍSSIMO, José. A história da literatura Brasileira. In : _____. **Estudos da literatura Brasileira**. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1907. p. 1-14.

O CULTURALISMO SOCIOLOGICO*

Antonio Paim

Sílvio Romero realizou significativa inflexão no culturalismo de Tobias Barreto. Este, segundo se indicou, sugerira que o homem dirige-se por causas finais e não pode ser esgotado no plano das causas eficientes (ciência). Graças a essa capacidade de formular-se objetivos e de traçar os caminhos para alcançá-los, o homem erigiu a cultura. Tobias Barreto tem em mira a idéia de arquétipo ou protótipo apontada por Kant, ao dizer que, sem o ideal de sociedade racional, não haveria como lutar pelo aperfeiçoamento das instituições sociais; ou que “nós não temos, para julgar nossas ações, outra regra senão a conduta deste homem divino (isto é, o sábio estóico) que conduzimos em nós e ao qual nos comparamos para nos julgar e também para nos corrigir, mas sem poder jamais alcançar a perfeição”⁽¹⁾. Por isto mesmo, concluiria Tobias Barreto, no seio da cultura o direito é o fio vermelho e a moral é o fio de ouro, explicitando que, nessa obra, os homens não se inspiram na natureza, a meu ver fonte última de toda imoralidade.

A investigação era, pois, de cunho filosófico. Conduziu, mais tarde, como se sabe, à pergunta pela objetividade no âmbito das ciências humanas, isto é, pela possibilidade de alcançá-la; suas peculiaridades em relação às ciências naturais, etc. Mais explicitamente: levou a uma investigação de índole epistemológica para, em seguida, ressuscitar a inquirição metafísica, em especial a pergunta pelo ser do homem.

Sílvio Romero iria eliminar a antítese entre cultura e natureza para reduzir a primeira à última e dar à investigação caráter meramente científico. No *Ensaio de Filosofia do Direito* (1895) escreveria:

“O Direito é como a Arte, como a educação. Ora, cada uma destas é, não há negá-lo, produto da cultura, e forma-se segundo a índole dos povos; porém a cultura é filha da natureza do homem, estimulada pela natureza exterior. Se não fora assim, a cultura mesma seria impossível, irrealizável, incompreensível. É tão incongruente fantasiar um direito eterno, anterior e superior aos povos, como o de imaginar uma cultura aérea, que repousasse na índole mesma natural do homem e em a natural capacidade que ele tem de se desenvolver”.

Logo adiante aponta nestes termos o caminho que deve trilhar a investigação: “Banidos os velhos métodos ontológicos, que faziam a Ciência de cima para baixo, partindo de algum suposto princípio geral, que os fatos se deveriam por força acomodar, banidos os velhos processos, aquelas ciências tiveram, ao contrário, de se firmar nos fatos e partir com eles em busca das leis que regem o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade”.

(2) O experimentalismo, exclama, deve-se interpor e acabar com as divagações a priori.

⁽¹⁾ Crítica da *razão pura*, trad. Francesa de “Tremesaygues, Paris, PUF, 1950, pág. 414.

⁽²⁾ *Obra filosófica*, ed. cit., págs. 658 e 659.

Sívio Romero preferiu, pois, o que a posteridade iria denominar de *culturalismo sociológico*. Na verdade, nunca chegou a traçar um programa definitivo da maneira pela qual deveria efetivar-se essa investigação sociológica da cultura. Além do mais, como oportunamente destacaria Miguel Reale, Sívio Romero estava pouco preocupado com a teoria geral. Seu empenho consistia em buscar os instrumentos capazes de compreender o Brasil e sua história.⁽³⁾

O culturalismo sociológico de Sívio Romero assume três feições mais ou menos diferenciadas. Em fins dos anos oitenta, na época da publicação da *História da Literatura Brasileira* (1888) é simples partidário de Spencer. Por volta dos começos do século, sem renegar o evolucionismo spenceriano, incorpora a idéia de luta de classes. Finalmente, na fase final, adere à Escola de le Play.

A incorporação de elementos doutrinários ao culturalismo sociológico de Sívio Romero se faz após comprovada a sua eficácia na explicação das particulares circunstâncias brasileiras. A necessidade de aprofundá-la é que o move a buscar novos princípios.

Sívio Romero considera que, para compreender a evolução da sociedade brasileira e determinar, pressentir ou averiguar os caminhos de seu desenvolvimento futuro, necessário se faz recusar as explicações simplistas ou meramente descritivas, submeter à crítica aquelas teorias que isolam um ou outro fator e a partir exclusivamente destes pretendem apresentar uma visão global, e, finalmente, examinar em profundidade o conjunto de elementos constituintes e integrantes do contexto social. Antes de avançar na enumeração destes, convém acompanhá-lo na crítica às teorias em voga a respeito do Brasil.

A primeira explicação simplista, logo combatida por Sívio Romero, é aquela que atribui os feitos históricos a um ou outro herói ou ainda ao conjunto das elites. Toma como exemplo, para ilustrar suas idéias, o fenômeno da Abolição, que se comemorava no próprio mês em que a *História da Literatura Brasileira* era ultimada para a entrega ao público, que vinha merecendo essa interpretação.

Entre as teorias puramente descritivas, coloca a doutrina etnográfica de Martius⁽⁴⁾. Que indica os elementos constituintes do povo brasileiro, as raças que contribuíram para a sua formação, mas não aponta “como estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente”, “falta-lhe o nexo causal e isto seria o principal a esclarecer”. Outra doutrina por ele considerada errônea é a do escritor português Teófilo Braga, que pretende atribuir a mesma origem, asiática, para as populações da Europa Meridional e da América, com o que explicaria o fenômeno do lirismo literário. Sívio Romero considera anticientífica essa hipótese das migrações asiáticas e objeta: “Concedendo porém tudo, admitindo a identidade das origens do lirismo português e tupinambá,

⁽³⁾ “Dir-se-ia que tudo, inclusive Filosofia, só valia para ele na medida em que pudesse servir à compreensão de nossa existência”. Miguel Reale – “Sívio Romero e os problemas da filosofia” in *Horizontes do direito e da história*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1977, págs, 223-230.⁽⁴⁾ Carlos Frederico Felipe de Martius, famoso botânico europeu publicou em 1843 um trabalho sob o título: “Como se deve escrever a história do Brasil”.

como quer o escritor português, que daí se poderá inferir para a filosofia da história brasileira? Nada. A tese do autor açoriano é puramente literária e não visa uma explicação científica de nosso desenvolvimento social”.

Oliveira Martins, em seu livro *O Brasil e as Colônias Portuguesas* “enxerga todo o interesse dramático e filosófico da história nacional na luta entre os jesuítas e os índios, de um lado, e os colonos portugueses e os negros de outro”. Para o crítico sergipano tais fenômenos não passam de fatos isolados, de pouca duração, e não podem “trazer em seu bojo, como um segredo de fada, toda a latitude da futura evolução do Brasil. É um simples incidente de jornada, alçado à categoria de princípio geral e dirigente: é uma destas sínteses fúteis com que alguns romancistas da história gostam de nos presentear de vez em quando”.

Quanto à *teoria da pátria brasileira*, dos positivistas, entende que nela “o verdadeiro não é novo, e o novo não é verdadeiro”. A esse tempo Sílvio Romero considerava que a corrente dissidente, chefiada por Littré, fora estéril, ilógica e anárquica. Expõe aí a tese repetida no livro *Doutrina contra doutrina*, escrito, alguns anos depois, segundo a qual o positivismo autêntico é o de feição religiosa, representado no Brasil por Teixeira Mendes e Aníbal Falcão. Para estes o Brasil pertencia ao grupo das pátrias ocidentais e, ao sair das guerras holandesas, reunia em si as condições de uma pátria (solo contínuo, governo independente e tradições comuns). Nesta luta, a vitória do elemento ibérico, representante da civilização latina, fez com que o Brasil escapasse da ação dissolvente da Reforma, estando portanto em melhores condições que os Estados Unidos para aceitar a “doutrina regeneradora”, isto é, a religião da humanidade. Tal resultado correspondeu a uma necessidade, desde que se deveriam reproduzir no Brasil as duas tendências opostas existentes na Europa. Para Sílvio Romero essa teoria é demasiado simétrica para não ser em grande parte “pura fantasia”. E exclama: “Era necessário para as pátrias ocidentais que o português vencesse no Brasil o holandês *protestante* e que o inglês derrotasse nos Estados Unidos o *francês católico!*..... É muito cômodo. E afinal, por que se não há de dar o mesmo na Oceania em geral e notadamente na Austrália, onde o elemento germânico quase não encontra o seu competidor? São terras novas, habitadas por selvagens a desaparecerem a olhos vistos, que estão sendo colonizadas por europeus, representantes da civilização ocidental. Por que não se há de repetir aí o dualismo salutar?”

Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero dedica-se ainda à crítica dos pontos de vista do sociólogo inglês Buckle, em cuja obra há pontos de vista sobre a evolução do povo brasileiro.

Henry Thomas Buckle (1823/1862) foi um historiador britânico profundamente influenciado por Comte, Stuart Mill, Quetelet e outros. Publicou, em 1857, três volumes de uma introdução ao estudo da civilização da Inglaterra. Inicialmente, rejeita a explicação dos fenômenos históricos dada pelos metafísicos, notadamente a doutrina do *livre-arbítrio*, como também a teoria da *predestinação* dos teólogos. Pretende Buckle que as ações humanas podem ser explicadas através dos métodos empregados nas ciências naturais desde que são determinadas somente por seus antecedentes e produzem os mesmos resultados sob as mesmas circunstâncias, podendo ser perturbadas pela ação do meio. Segundo ele, as leis que dirigem a história são *físicas* (clima, alimentação e aspecto geral da natureza) e *mentais*

(intelectuais e morais, das quais as primeiras seriam mais importantes). Divide a civilização em dois grandes ramos: a da Europa (predomínio do esforço do homem sobre a natureza) e o resto do mundo (predomínio da natureza ou das leis naturais). Sílvia Romero, tendo em alta conta a crítica que realizou das teorias denominadas de metafísicas e teológicas e algumas de suas observações sobre a influência dos elementos naturais, considera artificial a divisão indicada e aponta outros defeitos da doutrina.

Buckle considera que o Brasil não teve civilização primitiva porque as condições de vida não eram fáceis, como as vigentes nas penínsulas e às margens dos grandes rios onde surgiram as civilizações antigas, daí o seu inveterado barbarismo. Sílvia Romero considera que é falsa a descrição que faz do clima brasileiro. Na sua opinião, “o autor, que nunca visitou o Brasil, foi vítima do maravilhoso no inventário dos obstáculos que a natureza nos opõe”. Diz mais: “Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores”.

Resumindo as observações quanto às teorias enunciadas, Sílvia Romero dirá que a teoria de Buckle é em demasia cosmográfica, a de Martius demasiado etnológica e a dos discípulos de Comte é em extremo social. Compreendendo e proclamando que “a filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana”, prefere adotar certos aspectos da doutrina de Spencer, “a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja”.

À luz da crítica às doutrinas comentadas, Sílvia Romero avança a hipótese de que o estudo deve considerar o conjunto de elementos assim classificados: primários (ou naturais); secundários (ou étnicos) e terciários (ou morais). No primeiro plano as questões mais importantes dizem respeito ao clima e ao meio geográfico. Aponta-os: “o excessivo calor, ajudado pelas secas na maior parte do país; as chuvas torrenciais no vale do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes vias fluviais entre o S. Francisco e o Paraíba: as febres de mau caráter reinantes na costa”. A isto acrescenta: “o mais notável dos secundários é a incapacidade relativa das três raças que constituíram a população do país. Os últimos – os fatores históricos chamados política, legislação, usos, costumes, que são efeitos que depois atuam também como causas”. Em síntese, as diversas doutrinas acerca do Brasil chamaram a atenção para aspectos isolados, que cabia integrar num todo único. O destino do povo brasileiro, a exemplo do que se dava em relação à espécie humana, estaria traçado numa explicação de caráter biosociológica, como queria Spencer.

Por volta dos começos do século, Sílvia Romero mantém o mesmo esquema geral mas incorpora um dado novo: a luta de classes.

Assim, no ensaio “O direito brasileiro no século XVI” (1899) ⁽⁵⁾ afirmaria que “todo o processo de formação da individualidade nacional não pode deixar de ser um processo de diferenciação cada vez mais crescente entre o Brasil e a antiga mãe-pátria”. “A diferenciação brasileira, prossegue, no intuito de formar um tipo novo, é reforçada por fatores

⁽⁵⁾ Incluído na coletânea *Ensaio de sociologia e literatura*, Rio de Janeiro : Garnier, 1901.

mesológicos e etnográficos, diversos do da península hispânica”. A explicação preserva, como se vê, o caráter biosociológico. Contudo, entre os fatores terciários destaca o seguinte: “Desde o princípio as gentes brasileiras se acharam divididas em: sesmeiros, proprietários, senhores de engenho, fazendeiros nas zonas rurais, mercantes nas cidades e vilas, de um lado, e, de outro, os agregados, os moradores, os trabalhadores braçais, os escravos negros, mulatos, índios e cafusos, todos estes dependentes dos grandes proprietários e negociantes ricos. Bem cedo tivemos as lutas de classes especialmente em Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Minas”. ⁽⁶⁾ Essa referência não chega a alterar substancialmente os procedimentos recomendados.

Nos últimos anos de vida, Sílvia Romero incorpora as teses da escola da Ciência Social (Le Play, H. de Tourville, Edmond Demolins, P. Rousiers, A. de Preville, P. Bureau e outros). “Os processos da Escola de Le Play – escreve no *Brasil Social* (1908) – fizeram-me penetrar a fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações anteriores de ensino spenceriano”. Faz algumas objeções à Escola – afirmando, entre outras coisas, “também não lhe aceito de todo a classificação dos fenômenos sociais, que me parece mais uma nomenclatura de problemas e questões” – mas conclui: “Como quer que seja, os méritos da Escola, a despeito desta e de outras divergências, se me antolham preciosíssimos para quem quer conhecer a fundo um país qualquer e a gente que o habita”.

No livro em apreço, que deixou inacabado, Sílvia Romero resume e comenta os pontos de vista da Escola de Le Play. Essa Escola destaca 25 grupos de fatos e problemas sociais. Vale dizer: situa-se na linha antes preconizada por Sílvia Romero que era a de pretender descrições exaustivas, completas e abrangentes. Como antes, atribui particular importância à atividade produtiva, escrevendo: “sob o ponto de vista específico do trabalho, que vem a ser a grande mola que move e afeiçoa as sociedades humanas, cumpre não perder de vista que várias têm sido as fases passadas pela espécie. Cada um destes gêneros de trabalho, cada uma destas oficinas de produção, cada uma destas maneiras de agenciar os meios de existência, trazia e traz conseqüências indelévels, difíceis de apagar, porque elas constituem o substratum íntimo das sociedades”.

A aplicação das teses de Le Play ao Brasil requeria o cumprimento deste programa: “Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação do Brasil atual: dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, condições de vizinhanças, de patronagem, de grupos, de partidos; apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, dos quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos nunca ocorreu cogitar”.

Em que pese tamanha amplitude, não vacila em afirmar que a questão etnográfica “é

⁽⁶⁾ Obra citada, págs. 122/123,

a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda a estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações”. E a etnografia ensina que a família “é a questão das questões”. “esta é a base de tudo na sociedade humana: porque, além da função natural de garantir a continuidade das gerações sucessivas, forma o grupo próprio para a prática do modo de existência, o núcleo legítimo da maneira normal de empregar os recursos criados pelos meios de viver”.

Seriam estas as quatro modalidades típicas de família: patriarcal; quase patriarcal; tronco e instável. Estas famílias, por sua vez, dão lugar a dois tipos de sociedades: 1) de formação comunitária e, 2) de formação particularista.

Algumas dessas teses da sociologia dos começos do século lograram significativa audiência no país e iriam sugerir às grandes figuras do ciclo subsequente, como Alberto Torres (1865/1917), Oliveira Viana (1883/1951) e Azevedo Amaral que o remédio para os nossos males deveria consistir no combate à ausência de espírito comunitário. Por essa via, acabariam reforçando a tradição patrimonialista herdada de Portugal. ⁽⁷⁾

No que respeita especificamente à Escola do Recife, Artur Orlando pode ser considerado como o pensador que mais de perto seguiu a Sílvia Romero em matéria de culturalismo sociológico. Partidário do entendimento da filosofia como epistemologia, manteve-se ausente – aliás, de modo muito coerente – da polêmica do monismo e do evolucionismo. Iria entretanto desinteressar-se do tema, tendo buscado secundar a Sílvia Romero na investigação da cultura brasileira através das idéias sociológicas da época. Assim, na década de noventa é quem parece ter chamado a atenção para algumas teses marxistas (o papel da luta de classes; a relevância da forma da propriedade, etc.). No ensaio dessa fase intitulado “O adultério”, comenta Lafargue e diz que “a propriedade predomina hoje, mais do que nunca sobre todos os fenômenos sociais, e principalmente sobre a família”. Como Sílvia Romero, não daria maior relevância a essa premissa, diluindo-a nas descrições exaustivas. No livro *Pan-americanismo* (1906) encara o expansionismo ianque como fenômeno positivo e supõe que o pan-americanismo teria a virtude de nos colocar em contato “com um povo de formação particularista”. E, finalmente, em sua última obra *Brasil, a terra e o homem* (1913) escreve “que se pode avaliar a insuficiência das múltiplas teorias sociológicas tão somente pelo seu unilateralismo, considerando cada uma delas o meio, a raça ou qualquer manifestação de psiquismo individual ou coletivo como fator exclusivo da evolução social”. ⁽⁸⁾

Em que pese haja contribuído para tornar a cultura brasileira objeto de estudos e levantamentos sistemáticos, o culturalismo sociológico de Sílvia Romero e Artur Orlando

⁽⁷⁾ A questão do patrimonialismo luso-brasileiro foi examinada por Raimundo Faoro (*Os donos do poder*, 2ª edição, Porto Alegre, Globo, 1975); Simon Schwartzman (São Paulo e o Estado nacional, São Paulo, Difel, 1975) e Antonio Paim (*A querela do estatismo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978).

⁽⁸⁾ Os textos mais expressivos dessa parcela de sua meditação formam a Parte II de *Ensaio de crítica*, São Paulo, Grijalbo/USP, 1975, págs. 191-289.

corresponde a significativo empobrecimento do legado filosófico de Tobias Barreto. O fato de que o interesse maior se tenha dirigido para a inquirição de índole sociológica impediu que a Escola do Recife acompanhasse o debate filosófico que então se travou na Alemanha, alimentado sobretudo pelo neokantismo e no curso do qual emergiria a fenomenologia. Surgiam naquele momento algumas das correntes de filosofia que iriam configurar o novo século. E, neste momento preciso, interrompe-se o contato estreito com a filosofia alemã que Tobias Barreto lograra estabelecer.

Contudo, o culturalismo sociológico iria se constituir numa ponte entre o culturalismo de Tobias Barreto e a contemporânea meditação culturalista, graças em especial à obra de Alcides Bezerra (1891/1938), conforme logrou estabelecer Francisco Martins de Souza⁽⁹⁾

Alcides Bezerra formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1911, na mesma turma de Pontes de Miranda, quando ainda ecoavam os animados debates acerca dos rumos a serem empreendidos pela filosofia, em geral, e pela filosofia do direito, em particular, embora não seja período de grande atividade de parte dos membros da Escola do Recife. A parcela fundamental da obra de Tobias Barreto havia sido colocada ao alcance da juventude acadêmica graças à publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero.

Após exercer cargos públicos na província natal, a Paraíba, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1922, assumindo a direção do Arquivo Nacional, funções que desempenharia até o ano da morte (1938). No Arquivo, Alcides Bezerra desenvolveu obra notável em prol da identificação dos momentos nucleares da cultura nacional, tornando-se ainda precursor da historiografia brasileira, com a criação do Centro de Estudos Históricos e o início de um balanço ordenado da obra de nossos historiadores.

Alcides Bezerra mantém certa fidelidade ao naturalismo do século XIX revelando-se ao mesmo tempo notável inovador.

Acredita que o meio cósmico exerça influência poderosa na evolução das comunidades. Recorre, pois, aos registros da antropogeografia. Proclama igualmente o valor das investigações etnográficas e considera a família como núcleo determinante da sociedade. Enfatiza do mesmo modo a distinção entre povos de formação comunitária e particularista. Iria mais longe ao vincular diretamente sua pesquisa à herança de Sílvio Romero, que cuidaria de avaliar em ensaio do ano de 1929,⁽¹⁰⁾

Ainda assim, coloca a moral como o centro da vida social. A constituição da moralidade poderá, certamente, ser explicada a partir da etnografia ou da antropogeografia. Contudo, será o elemento catalizador da obra civilizatória do homem.

⁽⁹⁾ O *culturalismo sociológico de Alcides Bezerra*. Rio de Janeiro : PUC, 1978.

⁽¹⁰⁾ “Sílvio Romero, o pensador e sociólogo”, conferência na Sociedade Brasileira de Filosofia in *Achegas à história da filosofia*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1936.

Eis como formula o seu projeto:

”Verei a história da civilização através da filosofia da história e da sociologia, sem desprezar também as contribuições da antropogeografia. O homem é o centro dos meus estudos, não o homem físico, mas o homem moral, ser dotado de forças espirituais, criador de culturas e civilizações. Sempre me interessei pelo seu destino, sempre me inquietou a obscuridade de suas origens. Nunca porém fui pedir a outra fonte que não a ciência a solução dos problemas tormentosos da filosofia, entre os quais figura esse da preeminência da nossa espécie no maravilhoso mundo dos seres vivos”.⁽¹¹⁾

Balaceando a realização desse programa, observa Francisco Martins de Souza que a preocupação fundamental de Alcides Bezerra é com a cultura, “a qual origina e organiza o saber, em função do desenvolvimento natural do homem em seu meio geográfico”. E prossegue: “A cultura deverá ter um substrato, um apoio sobre o qual e com o qual caminhará e se desenvolverá ao longo do processo histórico na busca de realização do ser do homem, no seu aperfeiçoamento integrado. O homem, o meio, a sociedade, se complementarão numa função evolutiva criadora, tendo como mola propulsora a cultura e, como garantia de sua realização, o aspecto da moralidade, que sugere o fim de tal processo”.⁽¹²⁾

Cumpra-se, deste modo, um ciclo de evolução do culturalismo brasileiro em que o problema moral volta a ocupar lugar de primeiro plano na inquirição filosófica, como queria Tobias Barreto.

⁽¹¹⁾ “O problema da cultura”, Vol. XXXIII das publicações do Arquivos Nacional (1929), *apud* Francisco Martins de Souza, Obra cit., ed. cit., pág. 50.

⁽¹²⁾ Obra citada, ed. cit., pág. 40.

*PAIM, Antonio. O culturalismo sociológico. In :
_____. **A filosofia da Escola do Recife**. São
Paulo : Convívio, 1981. p. 134-144.

O PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DE SÍLVIO ROMERO *

Evaristo de Moraes Filho

Além da carta a Artur Guimarães como documento significativo, há ainda um longo ensaio de Sílvio, **O Brasil na primeira década do século XX**,⁽¹⁾ publicado em conjunto com um livro do seu amigo, que é bem uma suma perfeita do seu pensamento social, a quatro anos da sua morte. Muito do que vamos aqui dizer, em alguns pontos, parecerá repetição do que já escrevemos anteriormente, mas vale a pena fazê-lo para confirmar a exposição sobre as idéias de Sílvio, a par de alguma novidade.

Se se perdesse todas as suas obras de cunho político-social e jurídico, seria fácil fazer o levantamento do seu pensamento com a leitura desse seu ensaio de 1910. Nem lhe faltam as diatribes, o alvoroço e o ardor polêmico. E como há pouca citação, o estilo é mais livre, sem interrupções nem notas ao pé de página. Como se tratava de uma espécie de introdução ao livro de Artur Guimarães, esforçou-se Sílvio por lhe abrir a alma sem reticências, com uma exposição franca do que pensava sobre seu país, como era de seu feitio, mas aqui numa concisa mensagem, como se fosse a última, como se fosse um testamento. Muitos dos seus livros anteriores como que se encontram nele, inclusive as suas desafeições. Assim é que trata do problema das oligarquias, ataca principalmente o positivismo e seus caudilhos gaúchos; investe contra a desordem e a agitação social; critica o federalismo de 91 e defende a república unitária: expõe com entusiasmo as suas concepções doutrinárias do spencerismo, da antropossociologia e da escola de Le Play; não esconde a ojeriza pelo presidencialismo brasileiro; verbera o idealismo constitucional e a cópia das instituições alienígenas; nacionalista, denuncia a entrega das nossas riquezas ao capital estrangeiro; revela-se, como sempre, contra o socialismo; prega a reforma do ensino em todos os graus, pois não temos pai de família, mestre, nem aluno; não deixa de citar Tobias nem de atacar Veríssimo; discorda da forma por que foi feita a colonização portuguesa, que “administrou a colônia como uma feitoria comercial por empreitadas”. Vamos à análise do texto rapidamente.

Começa ele a escrever o ensaio “sob a impressão do bombardeio da ilha das Cobras, aos 14 de dezembro do ano da graça de 1910”. Dá assim a sua opinião sobre a chamada “revolta da chibata”. E o faz sem a menor simpatia nem a mínima compreensão pelo movimento, para ele mais um doloroso exemplo da anarquia, desordem e agitação que vicejam entre nós. Curioso é que, como bom organizador teórico, prega a necessidade de se buscarem as causas profundas, permanentes, desse mal-estar e dos fracassos do país, abandonando o critério miúdo de se fixar em certas personalidades, vendo nelas as causas únicas de tudo, verdadeiros bodes expiatórios. Mas logo, ainda na primeira página, culpa Pinheiro Machado como um dos grandes responsáveis, o principal, e o irá fazer ao longo de todo o ensaio, mormente quando o apresenta como um representante do “castilhismo positivóide” que desgraça o Rio Grande do Sul. É que em Sílvio, o temperamento, o sangue na guelra, levava de vencida quase sempre os seus propósitos de abstração teórica. Não

⁽¹⁾ S. Romero e A. Guimarães. *Estudos sociais*. Lisboa :Tip. A Editora, 1912,

pode esconder, nem o pretendia, que a principal fonte do mal é “o mando despótico de Pinheiro Machado”. A alma nacional chegou ao que chegou, “após tantos anos de submissão ao látigo de Pinheiro e seus colegas de oligarquia.... O próprio Presidente da República deixa-se por gosto cavalgar por Pinheiro Machado.” Mais para o interior do livro, consome dezenas de páginas em combate à oligarquia gaúcha de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, que se “abroquela no elemento semibárbaro do regime pastoril” dos pampas. As outras oligarquias aparecem também, mas somente como meras referências.

Levado pelo seu ódio ao positivismo político, ao castilhismo – sobre o qual já havia escrito mais de um livro -, Sílvio se perde no ataque pessoal, personalista, desrespeitando a sua própria advertência logo no início do livro: “Nada seria mais fácil do que indagar dos principais culpados do estado horroroso a que chegaram as cousas políticas no Brasil e desancar sobre eles os golpes irritados da crítica. Nada seria mais fácil... Não o farei, entretanto... Na sua ingênua ignorância, as massas procuram sempre uma cabeça de turco, uma espécie de bode expiatório, a quem culpem de todas as suas desgraças. Cada período histórico tem, neste sentido, suas vítimas prediletas. As grandes perturbações, os graves abalos, oriundos de vícios profundos da índole da raça e do travamento da vida social, são sempre atribuídos aos Pinheiros Machados do tempo.”

Pois bem, em pouco mais de meia página, esta já era a segunda vez que Sílvio se referia ao caudilho gaúcho, penetrando assim com todas as forças no que hoje se chama a “teoria conspiratória da história”. O fará por todo o ensaio, atacando – só dos vivos – Borges de Medeiros, Acióli, Nilo, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Lauro Muller, Francisco Sá, Alexandrino de Alencar, Modesto Leal, Antônio Azeredo, Melcíades Sá Freire, Augusto de Vasconcelos, entre outros. É um desfilar de nomes próprios, de conspiradores contra o Brasil.

Como não podia deixar de ser, volta-lhe à pena a constante crítica à desordem, à anarquia, e à agitação. Há frases suas que muito recordam as pregações de Augusto Comte, desde que começou a construir a sua filosofia positiva, na segunda metade dos anos 10 do século passado. Como Comte, tem uma ojeriza insopitável pelos políticos, jornalistas e literatos nacionais, despreparados, sem conhecimentos científicos e agitadores, repetidores superficiais de “frieleiras”. Vivemos numa longa “crise moral de caráter”. As “nossas populações debatem-se num estado real de desordem social”. Daí ser necessário pregar e obter a ordem na vida social, entre elite e povo, entre as classes sociais.

Como já havia feito em escrito anterior, volta Sílvio a criticar as agitações e as violências revolucionárias na história nacional. O período da Regência é tomado como exemplo maior. Foi um milagre “termos escapado a tantas loucuras, sempre renascentes, neste período de nove anos. O que então se passou, o que se praticou em todo o País no decurso de trinta e tantas revoltas não ainda escrito; nem o será jamais”. Na República, lembra “as revoltas da armada, do Rio Grane, de Canudos, e outras e outras acarretando tremendas despesas ao Tesouro, e dando lugar às mais repugnantes cenas de cruel

ferocidade” Em verdade - noutra local -, vive-se um “estado crônico de agitação da alma brasileira”.

A revolta da chibata era o último exemplo a que se assistia dessa indisciplina nacional, Sílvio é severo com ela, como dissemos, sem a menor simpatia nem propósito de, pelo menos, compreendê-la. Na sua condenação, vêm-lhe a furo todos os preconceitos antimassas e racistas das suas escolas prediletas. O seu espírito de ordem, contra a anarquia, levou-o a posições realmente reacionárias. Descreve brevemente a revolta: “As guarnições *das mais possantes máquinas de guerra do mundo*, consoante com o nosso falar de incuráveis gabarolas, se revoltam, trucidam oficiais, dão disparos contra a cidade, fazem exigências e ameaçam o governo de um bombardeio em regras. ...” Chamando a esses atos de crimes comuns, condena a anistia que lhes foi concedida, discordando de Rui, entre outros, porque foi um ato de covardia do Governo, já que, com ela, ficavam condenados “os oficiais da armada que não tinham sido bastante paternais em tratar a pobre marinagem, levada à chibata. ...” O Governo devia ter atacado com energia os sublevados e os dominados pela superioridade de armas e de tropas. “A marinagem inopinadamente agride e mata seu comandante e vários oficiais, sem antes, por forma alguma, ter formulado a mais leve queixa e levado ao conhecimento dos poderes competentes qualquer pretensão.”

O Governo devia ter atacado: “Tudo estava a indicar que algumas centenas de marinheiros boçais, quase todos negros, sem chefes hábeis, sem um ideal desses que eletrizam homens, sem tino, sem direção, sem o calor das grandes causas, não prolongariam a luta por muitos dias ... rendição era fatal. Não consta em toda a história da humanidade, que três ou quatro centenas de marinheiros, negros, ou quase, na mor parte, tenham derrotado um povo constituído ainda mal guiado como nós. A anistia foi um erro.” Não se podia ter entregue um encouraçado moderno “a marujos brutíssimos, sem a mais leve educação”. E, o pior, “a anistia de 25 de novembro não amainou os desordeiros”.

É bem verdade que Sílvio, depois de atacar a covardia do Governo diante da maruja revoltada, vai também atacar o massacre dos rebelados da ilha das Cobras, sufocados a cal nos seus porões, e o massacre do *Satélite*. A reação do governo veio tarde. “Era a fúria da desforra. ... O bombardeio foi atordoante e aniquilador. Nem mesmo diante da bandeira de paz, içada pelos revoltados, ele se calou. “

Pelo seu biologismo racista, apelava para razões desta natureza: “Tanto é verdade que a selvageria da raça espreita sempre os momentos em que pode explodir os seus atavismos.” E, centenas de páginas adiante, cuidando do nosso fracasso em aplicar instituições copiadas de fora: “Os atavismos acumulados no povo pela raça e pela história surgem em cada um de nós; o *tipo meio selvagem* aparece. É regra que não falha, nem pode falhar.” Sempre dogmático...

Sobre a nossa formação nacional, não deixa de elogiar o novo povo responsável pelo pouco progresso que vamos conseguindo, apesar dos enganos dos seus chefes. Este pouco é devido às “boas qualidades que repousam no fundo das camadas populares”. A despeito disso – em outro passo longínquo -, devemos “ter a coragem de reconhecer que a raiz do mal está em nós mesmos, na inconsistência de nossa índole, na nossa, pelo menos atual,

incapacidade para as grandes organizações, as conquistas reais e duradouras. ... A nação marca passo num eterno messianismo que não se realiza”.

E, como sempre, antiutópico: “Não é só: em nossos cálculos de megalomania e imperialismo criamos um Brasil de fantasia que de fato não existe, imaginamos um Brasil, que só será real, talvez no século XXIV, e supomos que, desde já, possuímos numerosa gente válida para tudo...”

A crítica, que, em outra passagem, Sílvio faz ao caráter nacional a ninguém se aplicaria melhor do que a ele próprio, sempre alegre com as suas teorias como a criança com seus brinquedos novos: “Quando discursamos de idéias e doutrinas, somos os repetidores das teorias que julgamos mais avançadas, nesse prurido infantil, muito nosso, de nos mostrarmos muito inteligentes e sabedores.” Via nisso “a tendência da raça para a facilidade atraente das idéias gerais e simplistas”. Sílvio, por certo, fazia parte também dessa raça.

Como já vimos da crítica aos negros na revolta da chibata, neste mesmo ensaio, em mais de uma oportunidade, aparecem as suas teorias racistas e o seu racismo. Aconselha aos seus discípulos a leitura das “três escolas sociológicas que devem ser preferentemente estudadas pelos brasileiros”: o evolucionismo de Spencer, a antropossociologia de Ammon e Lapouge, e a escola social de Le Play, de Tourville e seus continuadores. E esclarece: “A antropossociologia de Ammon e Lapouge serve, principalmente, para mostrar a persistência e a importância do fator étnico (máxime num país onde se tem dado o cruzamento de três raças diversas), habilitando-nos para tomar determinadas medidas na educação popular. Ninguém se iluda com as leviandades negativistas dos Finots e Colajannis.”

E é em nome dessas teorias que Sílvio, ingenuamente, compreendeu afinal o porquê de os ex-escravos terem vindo para os centros urbanos; “confirmavam, destarte, a irresistível tendência da raça negra para residir nas grandes aglomerações, como tão lucidamente demonstrou A . *de Préville em Les sociétés africaines*”. Esses negros!...

E também em nome dessas teorias, em nosso país, que ele declara ser Veríssimo “um genuíno rebento dos três povos” que compõem o Brasil. “Trata-se de um cafuso irrecusável, exemplar típico para servir de exemplo. Nada mais cômico do que ouvir sujeitos, como esse citado, fazerem referências *às raças cruzadas* da Amazônia, como alguma coisa que está fora deles, alguma coisa que lhes é estranha, de que não fazem parte, a que são superiores. ...”

As três teorias, afirma Sílvio não se contrapõem nem se contradizem. São deterministas: “Admitem as três, a formação da sociedade por meios naturais, pela evolução e não por planos e arranjos de governantes e políticos.” Estão de acordo “quanto à natureza do governo e seu papel secundário na marcha geral dos povos”. Além de inúmeras concordâncias de ordem secundárias, vale destacar: “Os *individualistas* de Spencer não são outros senão os *particularistas* de Le Play e os arianos de Ammon e Lapouge... Igual e admirável é o acordo das três escolas no julgamento de muitos fatos contemporâneos, por exemplo, do comunismo e socialismo.”

Procura Sílvio aplicar essas doutrinas ao Brasil, dividindo-o em zonas econômicas e sociais. Somos do tipo comunário, não particularista; vivemos da política e tutela alimentária, grupal, não-individualista, em compadrismo, sob coronéis e submissos ao governo, sendo o emprego público a melhor dádiva a ser esperada. No campo nos faltam as boas instituições de patronagem aconselhadas por Le Play e Tourville.

Na página 198, escreve Sílvio que indica aquelas três direções sociais “no intuito da transformação do caráter nacional, modificando-lhe a educação para revigorar-lhe a índole”. Na página 199, diz que “a doutrina spenceriana ... habilita-nos a ter a idéia indispensável de que a sociedade não é uma fabricação caprichosa de nossos planos, senão uma formação natural, sujeita a leis próprias”. Aquele pragmatismo voluntarista encontra-se em atrito com esse seu determinismo ou fatalismo social.

Também, ao mesmo tempo que exalta o indivíduo no sistema de Spencer, numa tese sociologista, nega a sua existência autônoma, à maneira de Comte e Durkheim: “Os nossos escritores e oradores de ofício ... começam por desconhecer a base fundamental de toda a sociologia de que, nesta esfera, quem dá a lei, indica o caminho, sugere os alvitre, inspira os sentimentos, estimula a ação, determina o alcance e o significado dos fatos, é o grupo, a gens, a nação, e nunca o indivíduo, verdadeiro títere no meio das vastas e incontrastáveis correntes populares... O grupo, repito, é quem, pelo espírito coletivo, tudo dirige em política; o indivíduo nada faz que possa ter valor, se não representa a aspiração geral.” E aqui temos Comte redivivo: o homem se agita, e a humanidade o conduz...

A sua ojeriza às doutrinas socialistas mais uma vez, como sempre, é aqui também afirmada, como já o vimos. Depois de referir o nome de Spencer, em crítica aos grandes partidos, nomeadamente na Alemanha, e ao socialismo, declara que outra coisa não se poderia esperar do seu individualismo, e, de repente, conclui: “Causa desgosto ver que até o lúcido espírito de Euclides da Cunha caísse nesse dasacerto.”

É que Euclides, socialista, havia elogiado Ferri e Colajanni, “corretamente evolucionistas”, adeptos de um socialismo sem violência, mas que certamente virá. O caráter revolucionário do socialismo, diz Euclides, está apenas no seu próprio programa radical. Revolução: transformação. Em artigo constante do mesmo livro, discorda dos agouros anti-socialistas de Spencer, na sua última obra, referida por Sílvio, fatos e comentários. De forma esplêndida, escreve Euclides: “Convenha-se em que Spencer – o Spencer da última hora, o Spencer valetudinário e misantropo, que chegou aos primeiros dias deste século para o amaldiçoar e morrer – desgarrou da verdade ao afirmar que, há nestes tempos, um recuo para a barbaria. Viu a vida universal com a vista cansada dos velhos. Não a compreendeu. Não lhe aprendeu os aspectos variadíssimos e novos.”⁽²⁾ Sílvio tinha os seus ídolos como intocáveis, só os outros cometiam desacertos.

⁽²⁾ E. de Cunha. *Contrastes e confrontos*. Porto : Empresa Literária e Tipográfica, 1907 . p. 312-3, 329.

Dentro de um pensamento conservador, comtiano e spencerista, prega o nosso autor uma sociedade organizada, na ordem e na coordenação das classes, sem lutas nem conflitos, como ocorria nos Estados Unidos. A sua fonte é o livro de P. Rousier, *La vie americaine*. Assim descreve Sílvio a vida econômica naquele país: “Em se tratando de prosperidade econômica de um país qualquer, quando se afirma que esse país avança a passos largos na direção de amplo futuro, ocorre logo, ao espírito de quem ouve, que nessa terra se abriram novas e fecundas fontes de prosperidade; surgiram indústrias que não existiam: que o povo, disciplinado no trabalho, multiplica as colheitas, impulsiona a produção, acumula a riqueza: que o capital cresce e se avoluma; como se vê a população inteira na faina: nota-se uma espécie de *consensus*, de harmonia em todas as classes de alto a baixo e por todos os recantos do território... Ninguém se lembra de indagar o que faz o governo. Sabe-se, de antemão, que, nessas terras privilegiadas do trabalho, ele se limita a deixar sem peias as forças propulsoras da nação.” Os milionários, aos milhares, “colaboram com os operários de todas as classes, de todas as categorias. Por todos os lados estua o entusiasmo, sente-se o fragor de onda humana no labutar sem tréguas. Os centros de calorosa vida multiplicam-se por todas as bandas.”

Quem conhece as lutas sociais nos Estados Unidos, com o seu massacre de Chicago, tem a impressão que acaba de voltar da leitura de mais uma utopia, tema tão do desagrado do realista Sílvio Romero. Mas concluía ele: “No Brasil, com que tristeza se é obrigado a dizer: nada disto!”

Desiludido da República, Sílvio andou saudoso da Monarquia, que, “como forma autoritária, leva certas vantagens na direção dos povos mal constituídos; mas é preciso, mesmo entre eles, que ela encontre certas bases que de todo nos faltam”.

O País não possui uma navegação de cabotagem, nem comércio, “não passando, sob tal aspecto, de uma feitoria estrangeira”. Os capitais estrangeiros controlam as poucas indústrias que possuímos. “A parte mais que considerável, verdadeiramente preponderante” da vida econômica do Brasil, suas “fontes principais da riqueza estão nas mãos de estrangeiros”. São textos de páginas distantes do ensaio, mostrando a preocupação insistente de Sílvio com o tema. Enquanto isso, os trabalhadores “vivem em apertada mediania ou perfeita pobreza em muitíssimos casos”. Os ricos, em geral estrangeiros, encontram-se em minoria entre os capitalistas, banqueiros e grandes negociantes. Nas pequenas povoações do interior, tem-se “o espetáculo de quase geral mendicidade”.

O epílogo desse longo ensaio de 1910, apesar de tudo, constitui uma mensagem de fé e de otimismo. Nunca andou Sílvio roçando tanto os limites da utopia, para alegria nossa. Apesar de insistir na tese do branqueamento, pela “imigração”, sobretudo das raças particularistas do Norte”, prega uma civilização luso-americana. Quanto às indústrias fabris, as aconselhava “nos grandes centros, quando a evolução for neste ponto normal”. Era cauteloso. Via na “liberdade o elemento principal da personalidade”. O spencerista pregava um “progresso natural e espontâneo”. E concluía, esquecido, felizmente, do seu

cientificismo paralisante e castrador: “Força, generosidade, amor do ideal deverão ser as qualidades predominantes do povo que deve abrir a senda do porvir, na frase do poeta. Esforcemo-nos para que assim seja. O entusiasmo e a esperança são também forças sociais. Utilizemo-los. Esse é o Brasil dos meus sonhos.”

Ainda bem que o inimigo da utopia também teve o seu sonho acordado, como melhor não lhe aconselharia o próprio Ernst Bloch. Infelizmente, o fez com muita parcimônia e sempre somente aparando, como seu dileto amigo Tobias Barreto, os galhos da árvore, mantendo-se à sua sombra. No trecho citado acima, chega Sílvio bem próximo da teoria do seu antigo mestre, Augusto Comte, com a sua teoria social da utopia, como transformadora da realidade e fecundante da mudança social.

* MORAES FILHO, Evaristo de. O pensamento político-social de Sílvio Romero. In : ROMERO, Sílvio. **Realidade e ilusões do Brasil** : parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis : Vozes, 1979. p. 29 - 53. (Dimensões do Brasil, 14).

SÍLVIO ROMERO E OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA *

Miguel Reale

O aparecimento da Revista Brasileira de Filosofia no ano em que se comemora o primeiro centenário do nascimento do primeiro historiador de nossa Filosofia, não deve ser assinalado apenas como uma feliz coincidência, mas antes como um sinal do que representou para a cultura pátria a atividade omnímota do ilustre sergipano, embora ela, no plano puramente filosófico, valha mais como sentido de vida do que pela substância das idéias.

A dimensão espiritual de SÍLVIO ROMERO já se encontra, hoje em dia, esclarecida como a de um dinamizador de valores novos em uma sociedade por demais confiante no que ela havia recebido, sem trabalho crítico, de uma filosofia que se apresentava como tradicional, mas que, na realidade, era inautêntica até mesmo em face dos grandes mestres a cuja sombra pretendia acolher-se.

Já tem sido posto em evidência por vários autores o alto valor da obra de SÍLVIO ROMERO no sentido de uma preocupação maior pelas nossas cousas, pelo significado de nossa cultura, que ele tentou interpretar, situando-se, inovadoramente, no processo histórico mesmo de nossa formação nacional.

Essa tendência à compreensão histórico-cultural de nossas formas de existência já se revelava no jovem que, aos 25 anos, redigia a primeira e preciosa indagação sobre a história da filosofia pátria, sugerindo que, cada um, na esfera de sua especialidade, fizesse o mesmo, “examinasse o que, nos diferentes ramos da cultura humana, havemos produzido, e, destarte, habilitasse o espírito nacional a formar uma mais exata consciência de seu temperamento”.⁽¹⁾

Pode-se dizer que, desde então, se firmava a linha dominante, a nota melódica fundamental em uma existência marcada por vivas dissonâncias espirituais. A despeito de bruscas irrupções de ritmos novos e destoantes em seu processo cultural, nele se encontra sempre a fidelidade à forma de compreensão esboçada na juventude. Explica-se, assim, porque a sua obra máxima, **História da literatura Brasileira**, tenha sido, como notou JOSÉ VERÍSSIMO, menos uma história das letras do que uma interpretação da vida social brasileira. É possível, outrossim, que da diretriz fundamental de seu pensamento tenha resultado certa resistência para a recepção de valores puramente estéticos, como aconteceu ao analisar a obra de MACHADO DE ASSIS, hieraticamente distante dos problemas mais urgentes da nacionalidade.

O mundo que havíamos conseguido construir através de quatro séculos de história e do qual não possuíamos plena consciência; tudo o que jazia esquecido ou ignorado no seio das forças vivas de nosso povo; o anônimo viver de uma nação revelado nos seus cantares e tradições, todo esse domínio histórico-social ainda inexplorado tentou-lhe a imaginação, fustigou-lhe a inteligência. Muito de sua impetuosidade bravia vem daí, de um forte sentido

⁽¹⁾ ROMERO, Sílvio. A Filosofia no Brasil. Porto Alegre, 1878.

de pioneiro a bracejar na conquista de um novo mundo, que parecia furtar-se à análise, opondo resistências imprevistas a cada uma das suas investidas. Donde não ter também se acrisolado no âmbito de uma única especialidade, forrando-se de conhecimentos metódica e serenamente assimilados.

O autodidata desdobrava-se por múltiplos caminhos: da política à filosofia do direito, da sociologia à pedagogia, terçando todas as armas em uma constante polêmica, em um diálogo necessário, em um debate inexorável em que muitas vezes eram rompidas com alarde as linhas da crítica objetiva e justa.

Em tais conjunturas, não era de se esperar uma perquirição filosófica, que ao menos repensasse em profundidade os problemas. A filosofia é diálogo, como o diálogo é da própria essência do homem, mas é um diálogo que se interioriza, em que não se põe a presença do “outro” como força primordial. Em SÍLVIO, ao contrário, o pensamento teve sempre um sentido prevalecente para fora, como atitude ou esboço de ação, tão forte e decisivo se mostrava nele o desejo de “fazer” ou “refazer” a sociedade em que vivia e que tão extremamente amava.

Não se pode, pois, julgá-lo segundo o mesmo estalão aplicável a TOBIAS BARRETO, nem será exato dizer-se que ambos receberam igualmente a influência das correntes do pensamento europeu. Não vemos aqui a necessidade de distingui-los segundo as fontes das influências por que passaram. Se é certo que TOBIAS se manteve fiel ao monismo ao passo que SÍLVIO se tornou adepto do evolucionismo de SPENCER, como o segundo faria questão de salientar em defesa de sua posição autônoma, não é menos exato que ambos se enquadravam no mesmo sistema geral de idéias que caracterizou o naturalismo antimetafísico, otimista e medíocre do fim do século XIX. O que nos parece mais importante é distinguir a *natureza* ou *maneira* pela qual cada um deles recebia as doutrinas que mais lhes seduziam o espírito. TOBIAS recebia-as como algo de valor universal, destinadas a serem integradas no sistema de nossa vivência; SÍLVIO, ao contrário, nelas buscava elementos para a melhor compreensão de nós mesmos. Ele próprio o disse em uma passagem de *Outros Estudos de Literatura Contemporânea*: “Ele (TOBIAS BARRETO) foi pelo *alemanismo*, como coisa a ser imitada pelos brasileiros; eu, do *alemanismo* só aceitava a influência histórica da raça e o seu espírito crítico. Ele era em letras preferentemente pelos assuntos estrangeiros; eu, pelos nacionais...”

Ressalta aqui, mais uma vez, a sua tendência no sentido de situar-se nos quadros de nossa cultura e de nossas circunstâncias.

Dir-se-ia que tudo, inclusive a Filosofia, só valia para ele na medida em que pudesse servir à compreensão de nossa existência. “A *aplicação ao Brasil é a preocupação dominante*”, - confessa SÍLVIO ROMERO no Prólogo à 1ª edição de sua *História da Literatura Brasileira*; - “as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o *evolucionismo filosófico é a base fundamental*”⁽²⁾.

⁽²⁾ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, 1888 - Prólogo - São nossos os grifos.

O que dá um traço característico a seu pensamento é, pois, certo prisma de reivindicação nacionalista daquilo que estima peculiar e valioso em nossa terra e em nossa gente: “Tal o sentido de certos ataques a influências estrangeiras, - esclarece ele no mencionado Prólogo – que desejaria ver anuladas de todo. Independência literária, Independência científica, reforço da Independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida. Sejam eles a tríplice empresa do futuro” ⁽³⁾.

Dentro dessa ordem de idéias, acrescentava: “Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido de critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral. Nós, os brasileiros, não pesamos ainda muito, por certo, no todo da evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros, deve procurar ser-lhes também um exemplo” ⁽⁴⁾.

O programa de trabalho proposto encontrava natural correspondência no evolucionismo spenceriano que culminava em uma explicação bio-sociológica do destino da espécie. Parecendo-lhe mais plasticamente adaptáveis às várias conjunturas espaço-temporais, aceitava os ensinamentos de SPENCER e de HUXLEY, vendo na orientação científico-positiva o caminho mais indicado para o nosso desenvolvimento cultural. Também politicamente integrava-se na concepção spenceriana, individualista e burguesa, de “uma organização política, onde o governo tenha o mínimo de poder e seja apenas uma garantia de policiamento geral”, “em um regime de práticas pacíficas, de conquistas industriais, onde o voto de todas as classes pode-se fazer valer...” ⁽⁵⁾.

Idêntico individualismo manifestava no plano religioso, com o seu duro combate ao positivismo comteano, visto como uma contrafacção do catolicismo, “um prolongamento do velho ideal semítico de uma religião universal”, preferindo “a nobre intuição ariana, o individualismo espiritual, de que os gregos foram exímios representantes” ⁽⁶⁾.

É curioso notar que, não obstante seus ditirambos ao evolucionismo, sentia nele um vazio, a falta de algo que só cuidava encontrar na doutrina de KANT, interpretada segundo os moldes que LANGE tornara correntes: uma compreensão da metafísica sobre novas bases, posta nas raízes mesmas dos problemas das ciências, como seu necessário pressuposto e complemento.

Criticando a lei dos três estados de AUGUSTO COMTE, dizia, “inter alias”, que os verdadeiros analistas e conhecedores do espírito humano não tomaram a metafísica “por uma das *fases*, e sim por uma das *faces* desse mesmo espírito”.

⁽³⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁾ Op. Cit., 2ª ed., pág. 8.

⁽⁵⁾ *Doutrina contra Doutrina*, 1894, pág. 120.

⁽⁶⁾ *Ibidem*, pág. 115.

Se KANT acrescentava ele, despojou a metafísica do caráter de ciência, nem por isso deixou de a considerar “legítima como anelo e disposição natural do espírito”. São da mesma época (1894) estas considerações: “Entretanto, quaisquer que tenham sido as variações que o conceito de metafísica possa ter sofrido no curso da história, e os ainda mais variados matizes que ele possa ter tido na mente de COMTE, não é menos verdade que essa expressão, sinônima de filosofia, no seu sentido mais geral, aplica-se hoje àqueles problemas reais, ineludíveis, inegáveis, que não têm podido até agora, constituir uma ciência particular. E tais problemas são mais consideráveis mais valorosos do que aos positivistas só e parecer; porque eles repousam no fundo do conhecimento mesmo, são um resultado de nossa própria organização mental, e acham-se na base de todas as ciências.

“Neste sentido, o único verdadeiro, a metafísica, posto não seja uma ciência, é indestrutível, porque é uma disposição natural do espírito humano a sondar as *razões últimas* e a *natureza intrínseca das cousas*”.⁽⁷⁾

Na doutrina de KANT buscava ele, por conseguinte, algo mais do que uma simples metodologia, e muito mais do que um simples ornamento, ou uma moldura para os seus estudos particulares de natureza não filosófica.

Em nosso ensaio *A doutrina de Kant no Brasil*, julgamos ter mostrado a forte presença do mestre do criticismo transcendental na chamada Escola do Recife.

O caso de SÍLVIO ROMERO é típico, porquanto assinala todo um processo espiritual de fidelidade a KANT, não obstante a variação das múltiplas preferências a que se inclinou a sua inteligência irrequieta.

Ao publicar o seu primeiro trabalho sobre a história da Filosofia no Brasil, fazia questão de revelar suas predileções por uma *espécie de neokantismo*, com estas palavras de valor autobiográfico:

“O meu sistema filosófico reduz-se a não ter sistema algum porque um sistema prende e comprime a verdade.

“Sectário convicto do positivismo de COMTE, não na direção que este lhe deu nos últimos anos de sua vida, mas na ramificação capitaneada por ÉMILE LITTRÉ, depois que travei conhecimento com o transformismo de DARWIN, procuro harmonizar os dois sistemas num criticismo amplo e fecundo.

“Nem é isto alguma novidade esquisita, quando a tendência filosófica principal na Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha na atualidade é justamente este criticismo independente, firmado nos dados positivos, *espécie de neokantismo*, não por ir pedir idéias a KANT, mas por tomar-lhe o espírito. Neste sentido o moderno “Es muss auf Kant zuruckgegangen werden” é verdadeiro”.

⁽⁷⁾ Op. Cit., pág. 312 - os grifos são nossos.

⁽⁸⁾ A *Filosofia no Brasil* - 1878, pág. 183

Eis aí uma das constantes na orientação de TOBIAS BARRETO e de SÍLVIO ROMERO: conciliar sempre KANT com os mais conspícuos e “atuais” resultados das ciências, com aquilo que parecia ser mais “moderno”, a filosofia da última hora.

Quando SÍLVIO ROMERO abandona AUGUSTO COMTE e passa-se para HAECKEL, no convívio cálido e amigo de TOBIAS, ainda não se afasta do filósofo de Königsberg, como dele não se afastará ao encontrar o pouso mais demorado, senão a morada definitiva de seu espírito no evolucionismo spenceriano.

Já em **Doutrina contra doutrina**, publicado em 1894, o desejo de uma conciliação entre KANT e SPENCER se entremostra, para ganhar corpo nas páginas de seu **Ensaio de Filosofia do Direito**, editado em 1895 e 1908. É nesta última edição que se lê, à página 56, o seguinte trecho: “O naturalismo evolucionista hodierno, posto ao par da ciência corrente é, em nosso modo de pensar, em suas linhas capitais, *o kantismo rejuvenescido, pelo órgão de Spencer*” ⁽⁹⁾.

Segundo SÍLVIO ROMERO, em verdade, as mais avançadas conquistas da especulação filosófica deitavam raízes na doutrina do “criticismo realista, ou naturalismo crítico, ou evolucionismo agnóstico, inaugurado por IMMANUEL KANT, a primeira organização filosófica de todos os tempos”.

Eis como o escritor sergipano demonstra a atualidade de KANT: “O estudo aprofundado do filósofo (sic) indicou positivamente que ele domina o pensamento moderno nas principais correntes de suas idéias. Em cosmogonia impera ainda hoje a célebre hipótese dos gases formulada por ele e posta em cálculo por LAPLACE. Em filosofia geral, o agnosticismo, tão esplendidamente aceito e desenvolvido por HERBERT SPENCER e tomado da *Crítica da Razão Pura*, é lei predominante. Em estética, o princípio adotado pelo darwinismo e por toda a escola evolucionista, de ser o belo um livre brinco de nossa imaginação e de nosso entendimento, é um ponto de vista aprendido na *Crítica do Juízo*. Em moral, a fecundíssima idéia de ser ela *independente* de nossas concepções metafísicas e religiosas, é ainda puro *kantismo*” ⁽¹⁰⁾.

Prosseguindo na explanação de sua tese, insiste SÍLVIO ROMERO na sobrevivência da Metafísica, segundo moldes que julgava atribuíveis a KANT: “Seus problemas são talvez insolúveis, mas são indestrutíveis. Fazem parte da constituição mesma da razão e sob uma forma ou sob outra hão de aparecer sempre. *Wir wissen und wir werden wissen*, é a legenda dessa filosofia entusiástica e viril” ⁽¹¹⁾.

É sabido que um dos pontos em que SÍLVIO se separa de TOBIAS é quanto à consideração da Sociologia como uma ciência. No seu entender, não se pode negar caráter científico às pesquisas dos fatos sociais: “A sociologia ainda que venha muito a progredir, não poderá jamais ser tratada matematicamente.

⁽⁹⁾ ROMERO, Sílvio. Ensaio de filosofia do Direito, 1908. p. 56.

⁽¹⁰⁾ Op. Cit., p. 54

⁽¹¹⁾ Op. Cit., p. 57.

Poderá, apenas (sic) atingir a certeza das ciências naturais. Já KANT, no final da *Crítica da Razão Prática* havia indicado os grandes progressos da moral e da ciência social, sem cair nos exageros hoje em voga e já pressentidos por ele”⁽¹²⁾.

Em Cosmogonia, em Gnoseologia, em Estética, em Ética, em Metafísica, em Sociologia, até na formulação da teoria evolucionista, SÍLVIO ROMERO timbra em remontar aos antecedentes kantianos, como que buscando uma linha de equilíbrio e medida nas três “Críticas”, que, uma a uma, invoca nas páginas ora lembradas.

Ao procurar estabelecer, em 1908, uma ligação fundamental entre KANT e o naturalismo spenceriano, o grande historiador de nossa literatura recorda que não eram recentes as considerações então expendidas sobre o pensador germânico, pois que já se encontravam no I volume de sua *História da Literatura Brasileira*, de 1888, antes de TOBIAS BARRETO ter escrito o ensaio intitulado *Recordação de Kant*.

Há sempre em SÍLVIO essa preocupação, quase que doentia, de ser o primeiro a apontar caminhos, a citar autores, a divulgar doutrinas: sua é a glória de ter citado JHERING pela primeira vez no Brasil (1875), de ter empregado o termo “monismo” (1876) e assim por diante, o que é um dado de relevo na determinação de um temperamento, assim como para a caracterização da mentalidade da época, sôfrega da “última verdade”.

É exatamente porque existe em nosso autor tão viva sucessão de preferências doutrinárias (LEONEL FRANCA) chegou a retratá-lo como “um barco sem leme nem bússola) que nos parece de grande significado a força representada pelo criticismo kantiano, embora apreendido em seus elementos mais aparentes, como fator constante em sua concepção do universo e da vida.

Se ele deixou o espiritualismo eclético de JOUFFROY pelo positivismo de COMTE; se abandonou Comte, seduzido pelo monismo de HAECKEL; se de HAECKEL e de TOBIAS se afastou para chegar-se a SPENCER e a HUXLEY, desde 1875 há nele uma constante preocupação de conciliar as novas preferências com o solitário mestre do idealismo transcendental.

Alegar-se-á que não se trata senão de um brinco de sua inteligência, de um compromisso brotado dos mais evidentes equívocos, de uma falta de compreensão do valor essencial e irreduzível das doutrinas, mas o certo é que aquela orientação traduz algo de que se não pode abstrair no exame de sua personalidade.

Além do mais, onde lhe foi dado tentar a conciliação, ele o fez, tal como se pode ver no campo especial da *Filosofia do Direito*, fato que merece reparo, porquanto, na mesma época, outros altos espíritos, como o de ICILIO VANNI, enveredavam pelo mesmo caminho, lançando as bases do chamado “positivismo crítico” que marcou o ponto mais saliente da filosofia jurídica italiana no fim do século XIX.

⁽¹²⁾. *Ibidem*, p. 58.

A conciliação KANT-SPENCER começa com a definição do Direito: “Importa dizer, escreve ele, que a definição que vamos propor é no fundo a de KANT (sic) revigorada, enlanguescida pela doutrina de SPENCER”.

“KANT doutrinou: “Direito é o complexo das condições que limitam as liberdades para tornar possível o seu acordo”. Temos aí uma definição lacunosa que substituiremos por esta: “Direito é o complexo das condições, *criadas pelo espírito das várias épocas* que servem para, limitando o conflito das liberdades, tornar possível a coexistência social”⁽¹³⁾.

Depois de dar essa definição, - que representa uma curiosa translação da “condicionalidade” lógico-categorial de KANT para o plano empírico da “condicionalidade” histórico-cultural ⁽¹⁴⁾ SÍLVIO ROMERO não esconde a sua satisfação por ver juntos, entrelaçados, os seus dois ídolos.

“E, dessarte, exclama ele, o conceito de evolução spenceriano fecunda a doutrina kantesca e a confunde com a verdade mesma. Temos, assim, mais uma vez, ótimo ensejo de confirmar *nossa velha opinião* (note-se) de que o spencerismo, naquilo que ele tem de essencial e duradouro, é uma espécie de *neocriticismo*, de neokantismo, rejuvenescido e alargado. É um só e mesmo sistema nas linhas fundamentais”⁽¹⁵⁾.

Foi fácil aos adversários mais avisados de SÍLVIO ROMERO demonstrar a inconsistência de sua velha tese, como o fez, com acuidade e ironia, o Conselheiro LAFAYETTE em *Vindiciae*, e, sob outros prismas e mais recentemente, o PADRE LEONEL FRANCA nas suas “Noções de História da Filosofia”.

Se a tentada conciliação revela uma imperfeita apreensão do pensamento kantiano, comprova, por outro lado, que o nosso escritor sempre manteve uma atitude de independência em face das doutrinas, procurando integrá-las na sua visão pessoal das cousas, no seu fundamental desapego a sistemas, que desejaria superar em uma “nova síntese”, como tantas vezes o proclama.

Faltava-lhe, no entanto, o estofo do filósofo autêntico para realizar tamanha proeza, e o que naquele sentido nos oferece fica muito aquém de suas intenções. Valeu-lhe, porém, como um estímulo e um significado no processo de sua atividade criadora, uma norma ou diretriz de conduta.

Não nos parece justo, por conseguinte, afirmar que a filosofia representou um adorno acrescentado às suas pesquisas particulares. Como exemplo do valor real de suas convicções lembramos a sua atitude por ocasião do convite que lhe foi feito para reger a cadeira de Enciclopédia Jurídica na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

⁽¹³⁾ Op. Cit., pág. 275.

⁽¹⁴⁾ Sobre esse ponto, vide, *supra*, nosso estudo "O culturalismo na Escola do Recife".

Dirigindo-se ao CONDE AFONSO CELSO, declarava: “Tendo V. Excia. tido a gentileza de participar-me haver a nossa faculdade, ex-vi da reforma, que veio dar o golpe final na instrução pública no Brasil, me designado para reger a cadeira, de Enciclopédia Jurídica venho participar a V. Excia., e congregação que aceito a regência da cadeira *principalmente no intuito de transformá-la mais tarde, em cadeira de Filosofia e História do Direito, que deverá ser colocada no 6º ano do curso, como síntese dele*. Não conheço no cânon das ciências nenhuma que se denomine enciclopédia jurídica, expressão bastarda, que serviu apenas para iludir os que não tinham coragem de passar a Filosofia do Direito para o fim do curso. Isto de começar o estudo de uma ciência por um conjunto, que outra coisa não é enciclopédia, da mesma ciência, é simplesmente absurdo. Peço mil desculpas por tocar neste ponto; mas é para que se saiba que nem todos estão dispostos a dizer âmen aos desconcertos do alto”⁽¹⁶⁾.

Como se vê, à luz de um exemplo bastante significativo, o seu desejo de síntese superadora valeu, apesar de tudo, para reconhecer as deficiências do naturalismo dominante, que ele pretendia renovar, recorrendo às fontes do pensamento crítico. Assim sendo, se ele não nos legou uma obra filosófica, comparável ao muito que soube realizar em outros domínios do espírito, notadamente nos da crítica literária e social, não se poderá negar a força de sua nova atitude em face dos problemas, a colocação do Brasil no plano da cultura e da história.

*REALE, Miguel. Sívio Romero e os problemas da filosofia. In : _____. **Horizontes do direito e da história**. São Paulo: Saraiva, 1956. p. 234-243.

⁽¹⁶⁾ Apud ROMERO, Sívio, RABELLO, Sívio. *Itinerário de Sívio Romero*. Rio de Janeiro, 1944. pág. 223.

